

NILCEMARIA BRAUN

SERVIÇO SOCIAL E LIBERDADE: UM PRINCÍPIO EM CONSTRUÇÃO

**TOLEDO
2007**

NILCE MARIA BRAUN

SERVIÇO SOCIAL E LIBERDADE: UM PRINCÍPIO EM CONSTRUÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Mestre Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

**TOLEDO
2007**

NILCE MARIA BRAUN

SERVIÇO SOCIAL E LIBERDADE: UM PRINCÍPIO EM CONSTRUÇÃO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Mestre Cleonilda

Sabaini Thomazini Dallago

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a. Mestre Vera Lúcia Martins

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a. Mestre Carmem Pardo Salatta

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 23 de Novembro de 2007.

Dedico este trabalho aos meus pais, Salécio e Dulce Braun, em paráfrase a canção de Fábio Júnior, vocês foram meus heróis, meus bandidos, hoje mais, muito mais que amigos, que em não apenas um dia, eu morrendo de medo, nos vossos braços vocês fizeram segredo, nos vossos passos vocês foram mais eu.

AGRADECIMENTOS

No decorrer de nossas vidas Deus, como ser supremo e anterior a tudo, nos apresenta caminhos pelos quais temos a possibilidade de escolher de que forma vamos construir nossa história, que valores vamos eleger como fundamentais para nossas ações, que hábitos vamos cultivar, como formaremos nosso caráter.

Contudo, por vezes nos esquecemos de que nossas escolhas implicam em responsabilidades, que nem sempre temos coragem suficiente para assumir. Por isso, agradeço primeiramente e, sobretudo a Ti, meu Pai, por ter me possibilitado a vida, por estar me acompanhando em cada passo... Agradeço pelas provações, pelos medos, pelas lágrimas, por me pegar no colo e caminhar meus passos quando eu não tinha forças para fazê-lo.

Agradeço pela lição que me ensinaste, por me tornar mais forte, por me mostrar minha grandeza e fazer-me conhecer a mim mesma. Agradeço pela família que me destes, pelos amigos fiéis, pelos sonhos desafiadores...

Agradeço vocês, Pai, Mãe, por tantas vezes acreditar mais em mim, que eu mesma. Obrigada pelo apoio, pelas cobranças, pelo carro nos dias de chuva... por abrir mão de tanta coisa pelo meu bem estar... Amo vocês, não importa o que aconteça. Estendo esse agradecimento e este amor incondicional a vocês meus irmãos, meus amigos, Laércio, Elaine, Adriano. Perdoem-me pelas falhas, obrigada pela confiança.

Muito obrigada a você, Prof. Cleonilda, pela paciência, pela compreensão e principalmente por acreditar na minha competência. Obrigada pela qualidade com que realizou seu trabalho, pela maneira com que soube despertar e resgatar meu interesse e meu respeito pela profissão. Estendo esse agradecimento a todos os professores do Curso de Serviço Social, pelos anos de estudo, por terem compartilhado seus conhecimentos, provocando o questionamento dos valores, dos preconceitos, das injustiças. Obrigada de modo especial àqueles que, sempre tiveram posturas éticas e coerentes, buscando incondicionalmente a liberdade, a autonomia, e a plena expansão dos seus usuários, dos seus aprendizes...

Agradeço aos meus colegas de turma, pelos risos, pelos abraços, pela partilha nesta caminhada em busca de conhecimento. Em especial, aquelas que me proporcionaram as maiores e melhores experiências da graduação, Adri, Marla, Marci. Vocês estão pra sempre no meu coração, embora a distância nos impeça de nos ver com tanta frequência...

Obrigada a você, “minha pequena”, que entendeu o sentido pleno da amizade, obrigada pelas lições, pelos teres, pelos bailões, pela lealdade, Pri, te amo demais!

Não poderia me esquecer do “quarteto fantástico”, Luh, Eliel, Mi, Mel. Obrigada pelas gargalhadas, pelos beijinhos de leite condensado, pelos abraços, mordidas, “montinhos”, pelas intermináveis horas de conversa, sonhos, planos, ideais... Amo vocês demais “meus negos”!

Obrigada a todos vocês que passaram pela minha história, deixando sementes de amor. Obrigada a cada um que deixou um pedacinho do seu coração comigo, com os quais eu pude crescer, sonhar, viver...

Não importa o tempo que vocês permaneceram ou permanecerão ao meu lado, importa sim o sentido que vocês dão a minha vida, e a certeza de que tenho pra quem voltar!

*“Era Ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia, por exemplo
Que a casa de um homem é um templo [...]
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia
Sendo a sua liberdade
Era a sua escravidão.[...]
Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
- Garrafa, prato, facção
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário [...],
Um operário que sabia
Exercer a profissão.
Ah, homens de pensamento
Não sabereis nunca o quanto
Aquele humilde operário
Soube naquele momento!
Naquela casa vazia
Que ele mesmo levantar
Um mundo novo nascia [...]
Como era de se esperar
As bocas da delação
Começaram a dizer coisas
Aos ouvidos do patrão.[...]
Em vão sofrera o operário
Sua primeira agressão
Muitas outras se seguiram
muitas outras seguirão.[...]
E o operário ouviu a voz
De todos os seus irmãos
Os seus irmãos que morreram
Por outros que viverão.
Uma esperança sincera
Cresceu no seu coração [...]
Agigantou-se a razão
De um homem pobre e esquecido
Razão porém que fizera
Em operário construído
O operário em construção”*

(Fragmentos de “Operário em construção” - Vinícius de Moraes)

BRAUN, N. M. **Serviço Social e liberdade**: um princípio em construção. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* - Toledo, 2007.

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de Curso - TCC tem como objetivo geral de estudo analisar e compreender a concepção de liberdade apresentada pelos profissionais que atuam no Município de Toledo. Para o processo de investigação deste estudo utilizou-se da pesquisa exploratória, numa abordagem qualitativa Aplicou-se a técnica de entrevista, seguida da entrega de um questionário com questões abertas. O universo da pesquisa corresponde aos assistente sociais em exercício no Município de Toledo, dos quais por meio de uma amostragem intencional determinou-se profissionais de diferentes áreas, tanto da esfera pública quanto privada. Em um primeiro momento os resultado da pesquisa apresentaram diferentes conceituações da categoria liberdade, sendo esta percebida pelas correntes conservadoras como uma categoria atrelada a valores moralistas e individualistas. Assim, a partir dos princípios do modo de produção hegemônico na sociedade atual, a liberdade limita-se aos termos jurídicos, entendida pelo viés do individualismo. As concepções apresentadas a cerca da categoria liberdade perpassam o movimento dialético da história e da própria profissão em si, não num sentido de desenvolvimento contínuo dos valores, mas como uma construção onde novos valores são apreendidos. Neste sentido o Serviço Social enquanto categoria profissional realiza um movimento no sentido da superação dos valores abstratos, a-históricos e assume um compromisso ao lado da classe trabalhadora, passando a apoiar-se em valores concretos que ganham materialidade principalmente na Lei que regulamenta a profissão e nos 11 Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional do Serviço Social de 1993. Este último apontado pelos sujeitos da pesquisa como um documento norteador da prática profissional, a partir do qual possibilita-se a criação de parâmetros concretos para o exercício cotidiano. Nas entrevistas a liberdade se apresenta através de valores como autonomia, efetivação de direitos, respeito e possibilidades de escolha entre alternativas, mas também se apresentam dúvidas quanto a sua compreensão e, esta dúvida se expressa diretamente na relação entre valores individuais e coletivos. Quanto aos limites apontados estão as constantes alterações no mundo do trabalho, desafio no uso do Código de Ética; programas pré-estabelecidos por parte do governo; diversidade das expressões da “questão social”; falta de tempo para reflexão do agir profissional; sobrecarga de atividades que recaem em respostas imediatas Assim, a efetivação da liberdade dos sujeitos requer necessariamente a liberdade coletiva, apresentando desta forma a liberdade como um princípio em construção.

Palavras Chaves: liberdade; Código de Ética Profissional de 1993; prática profissional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS VIABILIZADOS COM MAIOR FACILIDADE E FREQUÊNCIA.....46

GRÁFICO 1 - INSTRUMENTAIS TÉCNICO-OPERATIVOS: FREQUENCIA DE UTILIZAÇÃO.....59

SUMÁRIO

RESUMO	8
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	9
INTRODUÇÃO	11
1 O SERVIÇO SOCIAL E SUA APROXIMAÇÃO COM A CATEGORIA LIBERDADE.	15
1.1 CATEGORIA LIBERDADE: DO QUE SE TRATA?.....	15
1.3 O COMPROMISSO DE CLASSE E OS NOVOS RUMOS ÉTICO POLÍTICOS DO SERVIÇO SOCIAL TENDO COMO CATEGORIA CENTRAL A LIBERDADE.....	32
2. A CATEGORIA LIBERDADE COMO HORIZONTE DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL	40
2.1 A CONCEPÇÃO DE LIBERDADE APRESENTADA NO COTIDIANO PROFISSIONAL E SUA INTERFACE COM O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL.....	40
2.2 CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES QUE PERPASSAM O DIA-A-DIA DA PRÁTICA PROFISSIONAL.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	68
APÊNDICE	72
ANEXO.....	74

INTRODUÇÃO

O movimento dialético da história trouxe profundas mudanças à sociedade no decorrer do tempo, especialmente no final do século passado e início deste novo século XXI onde foram ocorrendo grandes transformações na estrutura da sociedade, no modo de produção, nas formas de reprodução social e conseqüentemente nas relações sociais, desencadeando uma conjuntura impregnada de conflitos e contradições cujas expressões parecem não poder ser superadas a partir das condições que se tem enquanto sociedade e modo de produção capitalista.

Entende-se que meio a essas transformações de conflitos e contradições se movimenta uma categoria que é essencial na vida, a liberdade. Que entre as contradições postas, está sua compreensão e direcionamento, visto que esta categoria somente pode ser significativa, se superada sua visão individualista e limitadora presentes nas sociedades fundamentadas em bases conservadoras e moralistas. Observa-se que os rumos tomados por esta sociedade tem implicações no Serviço Social enquanto categoria profissional. Assim, também o movimento da profissão, no decorrer de sua história comporta valores que permeia a sociedade. Tais fatos nos instigam a busca de uma compreensão da prática profissional do assistente social no que tange ao seu compromisso ético-político com os Princípios Fundamentais propostos pelo Código de Ética Profissional do Serviço Social de 1993, sobretudo o primeiro princípio no qual se assume: “o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas a ele inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”, no sentido de compreender quais suas formas de efetivação concreta.

A problemática levantada partiu de lacunas e inquietações que foram e vem sendo percebidas no decorrer do processo de formação profissional, mais particularmente sentidas na etapa do desenvolvimento dos Estágios Supervisionado em Serviço Social I e II.

Portanto, ao observar a realidade dos espaços oferecidos nessa etapa de formação profissional, se percebeu certas limitações da prática profissional no que diz respeito ao compromisso ético-político profissional, sobretudo na concepção de liberdade requerida e proposta pelo Código de Ética Profissional de 1993, documento que dá os parâmetros e a direção para o exercício profissional.

Nesse sentido se percebe que o estudo do entendimento do compromisso ético-político e da liberdade, por parte dos profissionais que estão em exercício, possibilitará uma

visão mais abrangente da prática profissional, bem como uma percepção da realidade a partir do olhar de quem está inserido nesta.

Diante desta realidade e inquietações, o objetivo geral que norteou a pesquisa foi buscar a concepção de liberdade apresentada pelos profissionais do Município de Toledo. Com o intuito de responder ao objetivo geral estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos para esta investigação: Conceituar a categoria liberdade; Buscar a concepção de liberdade que está presente no Código de Ética Profissional de 1993; Compreender a concepção de liberdade apresentada pelos sujeitos da pesquisa.

O aprofundamento das questões levantadas se desenvolveu através da ampliação do conhecimento teórico que se buscou alcançar no processo de construção da pesquisa. Na forma de abordagem qualitativa, entendida como “aquela capaz de incorporar a questão do SIGNIFICADO e da INTENCIONALIDADE como inerentes *aos atos, as relações, e as estruturas sociais*, sendo estas últimas tomadas tanto no advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (MINAYO, 1998, p.10) [grifo do autor]. De cunho exploratório que, segundo GIL (1999), tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Além da realização de um levantamento bibliográfico e investigação de campo para coleta de dados.

A definição dos sujeitos pesquisados se deu no universo dos profissionais assistentes sociais do município de Toledo, elencando através de uma amostragem intencional delimitada pela elaboração dos seguintes critérios: profissionais que atuam no município; profissionais que não foram supervisores de estágio nos últimos dois anos; profissionais de diferentes áreas de atuação. Após o estabelecimento dos critérios, o universo da pesquisa foi de 9 de profissionais, sendo que uma entrevista não retornou, o que totalizou uma amostra de 20%, contemplando profissionais tanto da área pública quanto privada.

Após tais definições para a pesquisa foram estabelecido os instrumentos e técnicas para a obtenção dos dados, cujo principal instrumento empregado para a coleta de dados foi a entrevista, num primeiro contato com os profissionais sujeitos da pesquisa, onde se fez uma breve discussão apresentando o tema proposto e as inquietações a cerca da investigação, bem como a apresentação de um informativo que aborda os Princípios Fundamentais do Código de Ética, as atribuições privativas e as competências do assistente social, documento elaborado pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS – 11ª região (ANEXO -1), para posterior entrega de um questionário (APÊNDICE -1), o qual foi respondido pelos profissionais e devolvido considerando o prazo estipulado por cada um.

A continuidade do processo se deu com a interpretação dos dados, transformando-os em informações que propiciaram a análise a partir da qual possibilitou-se um conhecimento teórico sistematizado.

É necessário informar que os dados utilizados no presente trabalho referem-se ao ano de 2006, período em que se iniciou a pesquisa, contudo no processo de elaboração de um conhecimento científico há que se levar em conta também as condições do pesquisador. Neste sentido, a conclusão da pesquisa somente foi possível neste ano de 2007, necessitando a pesquisadora de um período maior que o esperado. Acredita-se que tal mudança, depois de algumas análises junto a orientadora não viria a comprometer a qualidade da investigação.

O trabalho foi desenvolvido a partir da estruturação de dois capítulos. No primeiro buscou-se uma aproximação teórica com a categoria liberdade e a forma como esta foi se constituindo no seio da profissão Serviço Social, e um segundo no qual se buscou compreender as concepções a cerca dessa categoria junto aos sujeitos.

Assim apresenta-se o primeiro capítulo: O Serviço Social e sua aproximação com a categoria liberdade. Para contemplar as questões propostas por este capítulo subdividem-se os seguintes itens: Categoria liberdade: do que se trata? Neste item se busca conceituar a categoria liberdade a partir de diferentes corrente teóricas. Em seqüência apresenta-se outro item: Profissão Serviço Social: sua transição de valores abstratos para valores concretos. No qual busca-se compreender os valores que permeiam a profissão no decorrer de seu movimento histórico. Um último item é proposto: O compromisso de classe e os novos rumos ético-políticos do Serviço Social tendo como categoria central a liberdade. Item no qual se busca compreender os valores que estão presentes no Código de Ética atual e, a concepção de liberdade que o fundamenta.

No segundo capítulo são apresentados dois eixos de análise: A categoria liberdade como horizonte da prática profissional do Serviço Social. Buscando, por meio da análise dos dados da pesquisa perceber os valores que perpassam a prática profissional no que tange ao entendimento da categoria liberdade em consonância com o projeto ético político profissional, além dos limites e contribuições que se apresentam a efetivação do princípio de liberdade no projeto profissional. Respondendo ao conteúdo proposto são subdivididos os seguintes itens: A concepção de liberdade apresentada no cotidiano profissional e sua interface com o projeto ético-político profissional. No qual buscou-se perceber nas falas dos profissionais pesquisados sua visão de liberdade e suas implicações no projeto proposto pela profissão. Em seqüência: Contribuições e limitações que perpassam a prática profissional. No qual levantam-se alguns

pontos de análise na direção de perceber os limites encontrados no cotidiano de trabalho, bem como os avanços percebidos pelos sujeitos da pesquisa.

Posteriormente serão apresentadas as considerações finais, revelando as conclusões obtidas a partir do processo de investigação.

1 O SERVIÇO SOCIAL E SUA APROXIMAÇÃO COM A CATEGORIA LIBERDADE.

1.1 CATEGORIA LIBERDADE: DO QUE SE TRATA?

Para compreender o objeto de estudo deste trabalho, procurar-se-á primeiramente compreender a categoria¹ liberdade, dentro de diferentes correntes filosóficas, procurando caracterizá-la de acordo com as teorias mais significativas e presentes na história do Serviço Social.

Na atualidade para muitos autores “[...] a liberdade é uma categoria central da ética. Observemos, incidentalmente, que nem sempre isso ocorreu. No cume de hierarquia axiológica das éticas antigas não estava a liberdade, mas a felicidade” (HELLER, 2000, p. 6-7).

Dando seqüência a essa compreensão Heller (2000) aponta que o reconhecimento da liberdade como categoria central da ética é resultado de longos anos de esforços no sentido de mudança de valores, visto que ao remeter-se a antiguidade, concebia-se como fundamental para a realização de um indivíduo, não seu livre-arbítrio, nem seu poder de decisão entre alternativas, mas sim se em sua condição de subordinado, este indivíduo se encontrava feliz². Tais concepções na hierarquia dos valores, não eram vistas com grande distinção entre o público e o privado, visto que estas esferas eram determinadas pelas elites, geralmente os mesmos que estavam à frente do Estado, portanto detentores do poder.

A dialética da história apresenta, de acordo com Prado Junior (1980) que num estágio anterior ao Estado burguês e liberal, a liberdade ficava atrelada ao Estado, de forma que a este, delegava-se a responsabilidade de estabelecer os parâmetros para o exercício da cidadania³, garantindo o ordenamento da sociedade de forma que o regime vigente se

¹ “As categorias, para serem compreendidas pelo pensamento, tiveram um processo concreto na realidade. As categorias expressam, portanto, formas e modos de existência e, com freqüência, simples aspectos desta sociedade, deste sujeito; do ponto de vista científico, sua existência é anterior ao momento em que se começa a falar sobre elas como tal” (MARX apud BARROCO, 2001, p. 27).

² De acordo com Paiva et al (2000) no pensamento antigo e medieval, onde a felicidade é o valor central, ela é “entendida como a busca teórica e prática da idéia do bem, que para os gregos estava organicamente vinculado à participação nos negócios públicos, no exercício da cidadania. Como para os gregos a dimensão privada é estreitamente articulada com a dimensão pública, eles não concebem a distinção entre ética e moral” (PAIVA, et al. 2000, p.106-107).

³ Marshal (apud FEDOZZI, 1999) explica que o “desenvolvimento histórico da cidadania é dividido em três momentos. O primeiro momento é aquele no qual foram afirmados os direitos civis, ou os direitos de liberdade. Num segundo momento o que se tinha era o direito de participação política, então, é a fase dos chamados direitos políticos. E a terceira fase é aquela em que se firmaram os

constituía como expressão de domínio das classes e categorias sociais juridicamente privilegiadas, cujos interesses e privilégios eram defendidos através do funcionamento desse regime.

Na sociedade atual, a capitalista, a compreensão de liberdade de cada indivíduo, portanto, está diretamente atrelada ao Estado, visto que este dita os limites das ações de cada cidadão, garantindo uma hierarquia social rigidamente enraizada.

Conforme o pensamento de Biestek (1960), citado por Silva (2004) esta hierarquia garantia lugar privilegiado à igreja católica, cuja doutrina fundamentada no neotomismo, compreende que:

Como todo ser humano, o cliente tem a responsabilidade de viver sua vida de tal forma que atinja os objetivos próximos e últimos da mesma, da maneira que os concebe. E desde que cada responsabilidade venha acompanhada de direitos correspondentes, ele é dotado pelo Criador, de um direito fundamental, inalienável, de escolher e decidir os meios apropriados para atingir seu próprio destino pessoal (BIESTEK, 1960 *apud* SILVA, 2004, p.2).

Percebe-se, portanto que, de acordo com o pensamento apresentada a noção de liberdade apresentada pelo neotomismo se aproxima daquela de livre arbítrio, “de acordo com a qual ao homem caberia decidir entre o bem ou o mal”, buscando realizar seu destino de acordo com os planos divinos, desde que respeitasse os direitos e deveres que lhe são reservados.

Esta hierarquia social bem delineada, também é reforçada pelo funcionalismo, definido pelas ciências sociais como:

[...] uma postura substantiva, expressando a idéia de que tudo o que existe numa sociedade contribui para seu funcionamento equilibrado – para manter o sistema social em operação- [...] o funcionalismo confunde-se com uma teoria do equilíbrio social, evitando estudar ou posicionar-se ante as tensões, conflitos e contradições que todas as sociedades humanas exibem em níveis e domínios diferenciados (SILVA, 1987, p.503).

direitos sociais. Dessa forma, Marshal defende que os direitos da cidadania não nasceram todos juntos, mas foram se formando com o tempo”. Assim passa a explicá-los, compreende-se que “Diretos civis são aqueles necessários à liberdade individual: direito de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e de concluir contratos válidos e direito à justiça. Direitos políticos são os direitos de votar e ser votado. Direitos sociais vão desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança, ao direito de participar, por completo, da herança social e a levar uma vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (FEDOZZI, 1999).

Trata-se de uma teoria social que, segundo especifica Dal Ri apud Lopes (2006, p.4) “tem por objetivo a manutenção do sistema social e a melhoria da cultura do grupo [...], favorece a manutenção e reprodução do status quo”.

Desta forma a liberdade fica restrita à classe detentora do poder, visto que:

[...] não ocorre na sociedade uma transformação cultural, social e econômica equânime, contrariamente, somente terão acesso a essas mudanças alguns grupos da elite, aqueles que estão incluídos nessa cultura de grupo, ou seja, aqueles indivíduos que pertencem a famílias com alto poder aquisitivo (LOPES, 2006, p.4).

Para as correntes conservadoras, o respeito à hierarquia e à individualidade é sempre presente, de forma que, segundo Iamamoto (2000):

Radicaliza-se a individualidade: os homens são seres essencialmente desiguais, porquanto particulares. A liberdade é subjetiva: consiste na habilidade de cada indivíduo em desenvolver-se de acordo com as possibilidades e limitações de sua personalidade, com o núcleo de seu ser. O ser mais profundo do homem é sua individualidade e sua essência moral. Assim, "a liberdade é levada, restritivamente, à esfera privada e subjetiva da vida, enquanto as relações 'externas' e sociais devem ser subordinadas aos princípios da ordem, da hierarquia e da disciplina" (IAMAMOTO, 2000, p.24).

Nota-se que a concepção de liberdade expressa pelo conservadorismo está ligada ao catolicismo e ao Estado. Contextualizando o conservadorismo, Iamamoto (2000) ressalta que não se trata apenas da “continuidade e persistência no tempo de um conjunto de idéias constitutivas da herança intelectual européia do século XIX, mas de idéias que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis a manutenção da ordem capitalista”. Assim, o conservadorismo, entende a desigualdade existente na sociedade como algo natural, que sempre existiu.

Dessa forma cabe a cada indivíduo seu lugar específico na hierarquia social.

Assim:

[...] nos países capitalistas, a questão da liberdade quando discutida no plano político é considerada e analisada em função, expressa ou implícita, do dualismo ‘Estado e indivíduo’. Ou mais precisamente, ela se propõe no terreno dos direitos do indivíduo na ordem jurídica, isto é, dos direitos de que gozam os cidadãos em geral, em face da ação do Estado e de seu órgão que é o governo (PRADO JUNIOR, 1980, p. 8).

Sob o ponto de vista do liberalismo burguês, a liberdade é percebida pelo viés do individualismo, onde cada indivíduo é responsável pelo próprio sucesso ou fracasso. Dessa forma, o exercício da cidadania perpassa os parâmetros de uma liberdade expressamente jurídica, isto é, a liberdade e a igualdade só existem perante a lei.

Percebe-se que a concepção de liberdade apresentada tanto pelo funcionalismo, quanto pelo liberalismo – visão positivista que defende a questão da liberdade na implicação da ordem e autoridade pela estabilidade da ordem social – não são similares, contudo, se integram de tal forma que seu viés conservador propicia seu fortalecimento.

Conforme Prado Junior, o Estado Liberal:

[...] constitui a essência da democracia burguesa caracterizada pela igualdade de todos perante a lei, e pela liberdade jurídica dos cidadãos, nessa democracia burguesa [...] o Estado se acha organizado na base dos direitos iguais de todos os cidadãos, e esses cidadãos podem livremente gozar desses direitos. [portanto] quem considerar e analisar o problema da liberdade individual unicamente em função das relações entre os indivíduos e esse Estado juridicamente neutro, deixa de lado o principal da questão, e que vem a ser as limitações que o direito de uns indivíduos traz para a liberdade de outros (PRADO JUNIOR, 1980, p.10).

Diante de tal impasse, isto é, uma visão de liberdade que se restringe aos termos formais, à esfera jurídica, que vê o indivíduo como um ser isolado, há que se denunciar, conforme observa Dallago (2006, p.66) que “a liberdade do homem segundo limites postos pelo outro, explicita valores individualistas e ao mesmo tempo evidencia o conhecido chavão, ‘minha liberdade termina onde começa a do outro’, excluindo toda e qualquer convivência coletiva”. Assim, frente à visão de um indivíduo cujas contradições e necessidades são vistas como particulares, independentes dos fatos sociais ocorridos na história, vê-se a necessidade de promover e ampliar as discussões em torno da questão da liberdade, e suas demandas no que tange às implicações que o individualismo provoca à coletividade.

Heller (2000) ao discorrer sobre alguns aspectos significativos da ética destaca que:

A liberdade só veio a conseguir um lugar importante e cada vez mais significativo no núcleo da ética na época em que assumiu essa mesma importância na realidade; quando as comunidades naturais do tipo antigo se dissolveram, a sociedade capitalista empreendeu o caminho de seu desenvolvimento e, com isso, esgotou-se a inserção incondicional e natural do homem numa situação dada; por conseguinte, pelo menos de modo abstrato e de acordo com a mera possibilidade, o homem pode já escolher seu lugar no

... mundo e , com ele seus costumes e suas normas, o que tornou desnecessária uma ética desvinculada ao código dos costumes (p.7).

Pode-se notar que a liberdade só ganhou espaço à medida que foi sentida e manifestada a sua necessidade. No momento em que a sociedade percebeu-se desigual, passando a indignar-se com as injustiças sociais, a disparidade gritante dos bens, recursos e acesso à satisfação das suas necessidades mais básicas, surge a necessidade real de um lugar mais significativo para a liberdade. Ou seja, esta categoria, passa a ser foco de discussão ao passo que adquire significativa importância na realidade.

Essa conquista de espaços éticos, isto é, a alavanca para o desenvolvimento do capitalismo só foi possível quando se abriu caminho para o novo, quando se esgotaram as possibilidades dos antigos modos de produção, ou seja, no momento em que as comunidades naturais, conforme citado por Heller (2000), não dão conta de suprir as demandas que lhe são apresentadas, e conseqüentemente vem a se dissolver.

Por conseguinte, o homem deixa de aceitar como natural sua condição de nascimento, isto é, antes a noção que se tinha era de que cada qual pertencia à classe social que merecia, que por vontade de Deus lhe foi estabelecida. Ou seja, um indivíduo nascido como plebeu, teria esta condição pois assim havia sido determinado pela ordem divina, dessa forma, a este indivíduo restava a aceitação de sua condição, sob a consciência de que pertenceria a esta mesma classe ao longo de sua vida, da mesma forma acontecia com a nobreza, justificando que a melhor condição se devia ao merecimento ou graça de Deus. Ao passo que agora, essa inflexibilidade social deixa de existir, pois os sujeitos já não aceitam sua condição social como incondicional e natural do homem, passando a contestar as situações dadas.

Essa tomada de consciência do homem enquanto sujeito, permite minimamente a escolha de seu espaço, ou seja, a busca de sua identidade, enquanto ser social⁴. A busca por seus gostos e seus costumes. Já que, segundo Heller (2000) não são mais os Códigos de costumes que vão direcionar sua vida, mas sim os valores elegidos por ele próprio, na sua singularidade, e cujos interesses respondem aos anseios da coletividade, da qual ele faz parte, não mais por uma imposição, mas sim por escolha consciente e livre.

⁴ De acordo com Araldi (2007, p. 20) “É através do trabalho que o animal homem, de natureza inorgânica e orgânica se (re) constrói como ser social. Esta construção se dá através do trabalho na medida em que este homem, diferentemente dos demais animais, ao agir sobre a natureza a transforma, e ao transformá-la, transforma a si mesmo.

Paiva e Sales (2000) ressalta que:

Não se trata de uma concepção de liberdade como a presente no liberalismo, que a percebe apenas como livre-arbítrio ou que coincide com o individualismo. Não é possível reduzi-la ao estrito âmbito das decisões individuais, pois a experiência da liberdade se constitui como uma construção coletiva (PAIVA; SALES, 2000, p.182).

Dessa forma a liberdade não fica reduzida ao individualismo, aos interesses próprios, mas se materializa à medida que é construída coletivamente, atendendo os interesses comuns a todos, meio pelo qual se poderá afirmar que existe uma liberdade de fato, e não meramente formal, visto que é fruto de escolhas conscientes.

Com base na teoria social crítica⁵, Araldi (2007) apresenta que:

O trabalho é o elemento chave para o desenvolvimento da consciência, da sociabilidade, da universalidade, do imbricamento destas constituições da essência humana. Mas explicitando dessa forma, parece que o homem está sempre dentro de uma ‘camisa de força’ chamada coletividade. É aí que entra o outro elemento fundamental na constituição do ser social. Este elemento é a condição de fazer escolhas, a qual o torna um ser que embora coletivamente, genericamente construído, é livre. É livre por sua própria condição humana, não porque se isola, se desconecta ou se liberta de algo, mas sim, porque, ao projetar finalidades, pode escolher entre alternativas, as quais são resultados de sua própria construção como ente-espécie (p.34).

Dando seqüência ao pensamento de Araldi (2007) nos remetemos à Heller (2000) para explicar que “as escolhas entre alternativas, juízos, atos, têm um conteúdo axiológico objetivo. Mas os homens jamais escolhem valores, assim como jamais escolhem entre o bem ou a felicidade. Escolhem sempre idéias concretas, finalidades concretas, alternativas concretas”.

Assim, de acordo com a teoria social crítica, o homem pode tornar-se livre por meio do trabalho, onde põe finalidades concretas, se construindo enquanto ser social, fazendo escolhas que implicarão na coletividade, na mesma medida em que será produto desta mesma

⁵ “A teoria crítica da sociedade [...] tem como objeto os homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida. As situações efetivas, nas quais a ciência se baseia, não são para ela uma coisa dada, cujo único problema estaria na mera constatação e previsão segundo as leis da probabilidade. O que é dado não depende apenas da natureza, mas também do poder do homem sobre ele. Os objetos e a espécie de percepção, a formulação de questões e o sentido da resposta dão provas da atividade humana e do grau de seu poder” (HORKHEIMER, 1983, p. 163).

coletividade, composta por demais sujeitos que genericamente possuem interesses comuns aos seus.

A percepção da liberdade como uma conquista que se dá coletivamente, conforme aponta Heller (2000), caracteriza um avanço no sentido da emancipação dos sujeitos. Contudo, sabe-se que “esse crescimento foi um fato real e objetivo, embora para a grande maioria dos indivíduos continuasse a ser uma mera possibilidade abstrata”. Essa afirmação pode ser compreendida ao observar-se as condições de vida dos trabalhadores, visto que em sua maioria, possuem o direito à liberdade, mas não as condições reais para usufruir da liberdade que possuem:

[...] o que se quer demonstrar é que o homem, na condição de ente-espécie (re) criou tantas necessidades, que supri-las requer um esforço sobre humano, requer deixar para trás os seus próprios entes que, impedidos de acessar os mesmos aparatos tecnológicos vão ficando ao acaso, perdidos entre tantas possibilidades, mas muito poucas ao seu alcance (ARALDI, 2007, p. 41-42).

Portanto, o ritmo de vida que o modo de produção capitalista impõe á grande maioria da população, implica na restrição de suas escolhas, visto que lhe resta uma única opção que é a de suprir suas necessidades básicas para manter sua sobrevivência, onde segundo Lukács (*apud* DALLAGO, 2006, p.65):

[...] o desenvolvimento acirrado do modo de produção capitalista trouxe obstáculos para a conquista da liberdade, visto que, neste tipo de sociedade, tem-se um campo ideologizado que estaciona no ‘reino das necessidades’ e oculta que a verdadeira história da humanidade deve ser no ‘reino da liberdade’. Aí está o cerne da liberdade, sua visão, enquanto valor societário, como um ganho possível, e sua busca amplia o campo das necessidades e das possibilidades.

O “reino das necessidades” é compreendido por Dallago, sob as explicações realizadas por Lukács, tratando-se do “reino da reprodução econômica-social da humanidade, das tendências objetivas do desenvolvimento”. Esta sociedade, a capitalista, prioriza somente o “reino das necessidades” não se preocupando em criar uma nova forma de relações sociais que almeje o “reino da liberdade”.

Desta forma procurar-se-á no próximo item contextualizar a compreensão da categoria liberdade dentro da profissão Serviço Social, de acordo com a conjuntura histórica

do nascimento da profissão no Brasil, bem como da elaboração de seus primeiros Códigos de Ética, e sua transição de valores.

1.2 PROFISSÃO SERVIÇO SOCIAL: SUA TRANSIÇÃO DE VALORES ABSTRATOS PARA VALORES CONCRETOS.

As discussões sobre liberdade e ética⁶ precisaram de um certo período histórico para ocuparem lugar primordial no seio do Serviço Social. Estas categorias vieram conquistando espaço à medida que suas necessidades foram sendo sentidas pela profissão. Para tal procurar-se-á, neste item retratar o surgimento da profissão Serviço Social no Brasil, e seu movimento histórico, expresso nos Códigos de Ética, buscando compreender a concepção que se tinha de liberdade, e as transformações que ocorreram à cerca do entendimento dessa categoria.

Para situar o início desta discussão Araldi (2007) ressalta que:

[...] os Códigos de Ética do Serviço Social possuem a especificidade de não traduzirem apenas aspectos normativos dos direitos e deveres profissionais, mas principalmente traduzem um conteúdo axiológico que possibilita identificar o projeto societário que o imprime (ARALDI, 2007, p.70).

Neste sentido podemos relatar que o surgimento da profissão Serviço Social no Brasil ocorre em meados da década de 1930, a partir do momento em que se faz necessária uma profissão capaz de amenizar os conflitos inerentes ao processo de industrialização que começa a se instalar no país. De acordo com Araldi (2007):

Ela [a profissão Serviço Social] se apresentou, naquele dado tempo e espaço da sociedade brasileira (década de 1930), como uma necessidade de responder a uma demanda apresentada pelo movimento sócio-econômico de

⁶ De acordo com Paiva et al (2000) “A ética constitui o momento objetivo da vivência e da experiência dos valores: consiste, assim, no conjunto de valores que são criados por determinada comunidade. Nesse sentido, a moral expressaria o momento subjetivo de um comportamento ético; em outras palavras, moral seria a capacidade do indivíduo de formular suas próprias opiniões e pautas de comportamento (com base nos valores éticos estabelecidos) e optar por aqueles que considerar mais correto e justo.[...] A ética é a referência valorativa que estabelece os parâmetros das relações dos indivíduos com a sociedade. Ela se preocupa com as formas de resolver as contradições entre necessidade e possibilidade, tempo e eternidade, individual e coletivo, interesses econômicos e valores morais, corporal e psíquico, natural e cultural, razão e desejo” (PAIVA *et al*, 2000, p.105-108).

efervescência do modo de produção capitalista no Brasil. Era um momento em que o processo de industrialização reconfigurava a paisagem brasileira, até então eminentemente agrário-exportadora, impondo profundas mudanças no modo de vida, postas pela urbanização rápida e desestruturada que se delineava com a indústria nascente e, em consequência, o acirramento explícito das expressões da ‘questão social’ (ARALDI, 2007, p.70-71)

As primeiras intervenções profissionais que configuram o Serviço Social, portanto, estão diretamente atreladas as expressões da “questão social”⁷, que é entendida como inerente ao modo de produção capitalista. Dessa forma Miranda e Cavalcanti (2005) tornam presente que “quando emergiu no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, o Serviço Social possuía uma característica assistencial e controladora que buscou favorecer o capitalismo monopolista e o desenvolvimento industrial, conformando uma atuação imediatista e acrítica” (MIRANDA; CAVALCANTI, 2005, p.6).

Esta defesa implícita do projeto societário capitalista é reforçada por Araldi (2007) quando apresenta que “[...] o decurso da construção sócio-histórica do Serviço Social no Brasil é construído, principalmente, com base nas inferências e orientações da Igreja Católica, a qual estava atrelada ao próprio desenvolvimento político-econômico do Estado Brasileiro” (ARALDI, 2007, p.72).

É possível observar que o início da profissão foi eminentemente interventivo, revelando em sua prática, valores conservadores, que estavam implícitos na profissão através da influência do pensamento da Igreja Católica, justamente por não haver uma matriz teórica própria amadurecida, acaba por reproduzir os valores vigentes na sociedade naquele período histórico.

⁷ Segundo Netto apud Dallago (2006, 47) “o uso da expressão ‘questão social’ surge para dar conta do fenômeno do pauperismo que é causado pela instauração do capitalismo que, especificamente, tem seu início no processo de industrialização ocorrido na Inglaterra no último quartel do século XVII. Contudo, a partir da segunda metade do século XIX, essa expressão passa a integrar o vocabulário próprio do pensamento conservador que a reconhecerá como natural. ‘De fato, no âmbito do pensamento conservador – a ‘questão social’, numa operação simultânea a sua naturalização, é convertida em objeto de ação moralizadora. E, em ambos os casos, o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção. Mais precisamente: o cuidado com as manifestações da ‘questão social’ é expressamente desvinculada de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da ‘questão social’ sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar’ (NETTO, 2001, p. 42-43). Tal fundamentação justifica o uso das aspas, a qual vem expressar a apreensão do termo num sentido diferenciado daquele explicitado pelo pensamento conservador”.

Conforme Araldi (2007):

No esteio deste contexto sócio histórico e destes pressupostos humanistas cristãos, é que se inaugura o Serviço Social como profissão de nível técnico especializado, pela orientação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), quando é criada em 1936 a primeira Escola de Serviço Social (p.74-75).

O surgimento da Profissão no Brasil, portanto é claramente demarcado por valores conservadores, cujos reflexos se estendem à formação profissional. Esta característica fortemente moralista pode ser observada tanto no cotidiano das intervenções profissionais, quanto nas primeiras Escolas de Serviço Social, bem como no contexto da sociedade.

Conforme Barroco (2001):

A presença do conservadorismo moral, no contexto de origem do Serviço Social, é evidenciada: na formação profissional, no projeto social da Igreja Católica e na cultura brasileira, através das idéias positivistas. A vivência cotidiana, orientada por seus pressupostos valorativos, tende a produzir a alienação moral, em seus aspectos já analisados: a repetição acrítica dos valores, a assimilação rígida dos preceitos e modos de comportamento, o pensamento ultrageneralizador, o preconceito, o conformismo, a discriminação, tendo em vista a não-aceitação do que não se adequa aos padrões de comportamento estereotipados como 'corretos' (p.74).

Dando seqüência ao pensamento de Barroco (2001) percebe-se que os traços explicitados evidenciam a origem neotomista e positivista que permeia os pressupostos teórico-políticos da profissão, e as bases da formação, além da cultura moral contida nos projetos sociais brasileiros. Em virtude disso, não é somente na formação, mas também nas primeiras experiências de socialização, que ocorre a internalização de valores, normas de conduta e deveres.

A concepção de liberdade apresentada pelo Serviço Social neste período pode ser percebida ao observarmos que, de acordo com Silva (2004):

Da década de 1930 a 1940, as expressões como 'auto-ajuda', 'fazer seus próprios planos' e 'tomar suas próprias decisões', marcaram a reflexão sobre a prática do Serviço Social. Viu-se o direito do 'cliente' ultrapassar o âmbito da participação: as responsabilidades para fazer planos e tomar decisões eram transferidas do Assistente Social para o 'cliente' [...] esta prática contribuiu para o crescimento e o desenvolvimento da liberdade do

‘cliente’, auxiliando na maturação da personalidade humana (SILVA, 2004. p.2).

Percebe-se, portanto, que a liberdade fica atrelada aos valores humanistas abstratos, pois conforme Paiva e Sales (2000, p. 175-176), a crítica não era suscitada nem pela formação teórico-prática, tampouco pela orientação ético-moral da época, de forma que “os imperativos éticos e a postura profissional que lhes eram concernentes sinalizavam sempre a intenção e o dever de ‘ajustar’; mesmo entre os assistentes sociais, predominava a perspectiva de se evitar ou de apaziguar as situações de conflito”

De acordo com Barroco “os Códigos de ética no Brasil são fundamentados pelos pressupostos neotomistas e positivistas de 1947 a 1975. Há uma clara subordinação da ética à moral traduzida na atuação profissional voltada às pessoas humanas ‘desajustadas” (BARROCO, 2001, p.95).

Segundo Netto (1996, p. 131), “na prática legitimada fluía a ‘intencionalidade do agente’ de forma que a ‘simultaneidade’ da ética e da moral não possuía grande relevo”. Ou seja, reproduziam-se valores postos na sociedade, de acordo com os valores do profissional, o que reforçava valores abstratos, morais, e metafísicos⁸.

Conforme apresenta Silva (2004, p.2):

Entre os anos de 1940 a 1950[...] observa-se certa influência da psicologia e da psiquiatria no Serviço Social de Casos, incentivando a manutenção do princípio da autodeterminação do ‘cliente’. Encontrava-se ainda neste período forte influência da doutrina da igreja católica.

Também neste período o Serviço Social é marcado por valores conservadores, ainda atrelado ao humanismo cristão. Percebe-se, portanto que a categoria profissional não era isenta de uma concepção de liberdade, o que havia era uma idéia de neutralidade, ao passo que delegava-se à sociedade a responsabilidade pelos valores morais vigentes.

A concepção de liberdade apresentada pelo Serviço Social neste período, portanto, possuía um caráter conservador, permeado pelos valores hegemônicos da sociedade, cujos nortes eram ditados pelo liberalismo, procurando manter a “ordem” e a “harmonia” social por

⁸ De acordo com Schopenhauer (apud FONTANA, 2007, p.1) “A metafísica é ciência daquilo que fica fora da possibilidade de toda experiência. Uma tal ciência não pode jamais ser encontrada segundo princípios fundamentais, que são eles próprios hauridos da experiência. Na nossa razão são encontráveis efetivamente alguns princípios fundamentais deste tipo: são concebidos sob o nome de conhecimentos da razão pura” .

meio da autoridade, onde os indivíduos “desajustados” deveriam ser retirados do sistema produtivo, para serem “tratados”, somente depois de “recuperados” seriam reinseridos no sistema, visto que este, o sistema, era entendido como perfeito, sem falhas. Ou seja, a contradição/conflito se dava no âmbito do indivíduo, este era percebido como um ser isolado, não como produto das relações sociais.

De acordo com Silva (2004, p.2) “tais valores perduram até a década de 1960 no Serviço Social de Casos norte-americano, incorporado pelo Serviço Social brasileiro [que] baseado no pensamento de Mary Richmond, poderia ser definido como ‘a arte de ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas’.

A influência norte-americana no Serviço Social é bastante relevante, no entanto:

Queremos destacar que, embora a influência e incorporação das teorias estrutural-funcionalista e das metodologias de intervenção, neste contexto, sejam voltadas ao Serviço Social de Caso, Grupo e de comunidade, a concepção humanista que embasa as discussões teóricas da prática profissional dos assistentes sociais continua atrelada ao Humanismo cristão. [...] No contexto da década de 1960, a Igreja Católica não se posiciona mais contra o mundo moderno. Ao contrário, incorpora o ideário desenvolvimentista, mas em suas Encíclicas [reafirma] a influência neotomista, neste contexto associada à interpretação sociológica de tradição funcionalista (ARALDI, 2007, p.77-78).

A dialética da história, contudo mostra os avanços e retrocessos sofridos pela sociedade em diferentes épocas. Neste sentido é possível compreender o movimento da própria profissão Serviço Social, em função deste movimento que ocorre dentro de um mesmo modo de produção, tendo em vista que a categoria profissional exerce influência sobre os rumos da sociedade, da mesma forma que é influenciada por ela.

Dessa forma, para o Serviço Social o período de ditadura militar é bastante marcado por perspectivas e possibilidades de avanços no sentido do amadurecimento intelectual. Assim:

Em meio a repressão política implantada pela ditadura, o Código de Ética de 1965 pautou-se na defesa da família, na integração entre as classes mediante o estabelecimento de uma ordem justa e solidária que propunha o desenvolvimento harmônico e manteve o moralismo e o conservadorismo do código anterior, porém sob as bases neotomistas; nele reforça-se o aspecto de profissão liberal do Serviço Social e paradoxalmente há a configuração de espaço para o pluralismo e a defesa de uma atuação imparcial. As discussões sobre um método único de intervenção com diagnóstico/tratamento/avaliação que reatualiza o projeto conservador,

visão liberal da intervenção social embasada no esforço individual – a liberdade é subjetiva – marcam a década de 1970 e o Código de Ética de 1975 será norteado pela permanência da moral acrítica, a neutralidade e pela ideologia estrutural-funcionalista que defende o bem comum, a ordem e a coesão social (MIRANDA; CAVALCANTI, 2005, p.8).

Apesar de ser constatado um amadurecimento intelectual, o Código de Ética de 1975 ainda expressa valores acríticos e conservadores, porém é importante considerar que neste período, se articula na América Latina, o Movimento de reconceituação do Serviço Social, onde foi se tomando consciência das insatisfações e limitações teórico-instrumentais e político-ideológicas da profissão. É polarizada a perspectiva de mudança social diante da clara percepção da dominação, opressão e exploração das maiorias nacionais nos países subdesenvolvidos latino-americanos. Dessa forma:

A crise ideológica, política e de eficácia da profissão surge na década de 1960, questionando a burocratização do Serviço Social, seu caráter importado e sua ligação com as classes dominantes. Apontava-se para três projetos: um que propunha manter a matriz conservadora e tradicional, outro que intencionava uma modernização conservadora e um último que apresentava a direção de ruptura com o conservadorismo. Um dos marcos desta época foi o Movimento de Reconceituação (MIRANDA; CAVALCANTI, 2005, p.7-8).

O Movimento de Reconceituação se caracteriza, portanto, como um movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo. Segundo Iamamoto (2000):

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento ‘interno’ da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las (IAMAMOTO, 2000, p.37).

Percebe-se que a conjuntura nacional de ditadura militar traz rebatimentos na forma de pensamento do Serviço Social, de tal forma que, segundo Teixeira (1980, p.25) busca-se:

[...] uma prática no sentido de construir uma alternativa profissional legitimada pelos trabalhadores [...] vinculada às lutas e interesses das classes populares. [...] Tal perspectiva implica, para o Serviço Social, colocar como horizonte de sua prática o movimento de transformação da própria realidade .

Contudo, os traços conservadores permanecem, visto que de acordo com Miranda e Cavalcanti (2005):

As discussões sobre um método único de intervenção com diagnóstico/tratamento/avaliação que reatualiza o projeto conservador, visão liberal da intervenção social embasada no esforço individual – a liberdade é subjetiva – marcam a década de 1970 e o Código de Ética de 1975 será norteado pela permanência da moral acrítica, a neutralidade e pela ideologia estrutural-funcionalista que defende o bem comum, a ordem e a coesão social (MIRANDA; CAVALCANTI, 2005, p.8).

No entanto, há uma perspectiva de transformação, neste sentido, ocorre uma série de seminários, encontros e simpósios neste período. Podemos destacar o chamado “congresso da virada”, isto é, o 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ocorrido em São Paulo em 1979, que “representou uma ruptura como passado tradicional e o viés tecnocrático, que marcou o Serviço Social nas década de 50 a 70” (BORGES; BARROCO, 1997, P. 40).

Em 1979, com o “congresso da virada”:

[...] há a conformação de novas reflexões sobre a formação e o exercício profissional com a introdução do marxismo (compatível com a ruptura do conservadorismo político), o estabelecimento de uma maturidade teórica e o enriquecimento do debate filosófico, cujas críticas ao caráter conservador da prática profissional marcaram a década de 1980 – na qual emergiram novas condições econômicas, políticas e sociais na sociedade brasileira – quando a categoria vinculou sua identidade aos movimentos sociais (MIRANDA; CAVALCANTI, 2005, p.8)

Em 1982, ocorre outro fato importante no seio do Serviço Social, também decorrente das transformações sociais da época, a elaboração de um Currículo Mínimo para as Escolas de Serviço Social.

Segundo Borges (2004), “O ‘Currículo de 1982’ procurava responder a este momento repleto de transformações societárias que afetavam diretamente os rumos da formação profissional, ante as demandas postas pelo modo de produção capitalista”. As propostas apresentadas por tal “Currículo”:

[...] demonstravam a intenção de se adotar uma postura investigativa, compreendendo o homem como sujeito de sua história. Porém, embora representasse um grande salto para a profissão, algumas lacunas e inconsistências são percebidas, justificadas pela imaturidade teórica da categoria naquele momento. Acabando por reafirmar nos conteúdos das disciplinas, as indefinições que não foram equacionadas na construção da proposta no curso da Revisão Curricular (BORGES, 2004, p.19).

De acordo com Koike (2000), o Serviço Social, enquanto atividade inscrita na divisão social do trabalho, a partir do Currículo de 1982, passa a ser estudada sob uma dupla dimensão histórica:

[...] a primeira, dos processos de produção da vida social determinantes do processo de produção e reprodução da força de trabalho, definindo (e redefinindo) nas diferentes conjunturas, as demandas profissionais e, com estas, as exigências, sempre renovadas à formação profissional. A segunda, das formas organizativas e de enfrentamento profissional que a categoria vai experimentando e acumulando em face das requisições e a sociedade lhe apresenta. Trata-se, portanto, da Direção Social Estratégica em (permanente) construção pelos profissionais de Serviço Social” (KOIKE, 2000, p.109).

Neste sentido percebe-se que com o decorrer das transformações da sociedade, ocorrem transformações nas formas de expressão da profissão, justamente pela necessidade de adequação à nova realidade.

Da mesma forma, foram grandes as transformações em termos das diretrizes da profissão, expressas por meio dos Códigos de Ética. Assim Borges e Barroco (1997, p.40) apresenta que os:

[...] primeiros Códigos de Ética (de 1965 e de 1975) tinham uma visão muito conservadora. Em 1986, foram estabelecidos princípios democráticos.[...] O Código de Ética de 1986 explicitou um compromisso político, um marco da ruptura com os códigos anteriores. Foi reformulado no sentido de operacionalizar a fiscalização do Conselho Federal e regionais, para que ficassem atentos à prática profissional ética.

O pensamento de Borges e Barroco acerca dos avanços alcançados a partir do Código de Ética de 1986, pode ser complementado por Paiva et al, afirmando que:

O Código de Ética de 1986 apontou alguns parâmetros para essa apreensão, contrapondo, por exemplo, o princípio da contradição ao da

harmonia/estabilidade, suporte dos códigos anteriores. Em contraste com a idéia de ‘neutralidade profissional’, estabelece-se a clara noção de ‘compromisso’, que se concretizou por meio dos deveres de: ‘democratizar as informações aos usuários’, ‘criar espaços para sua participação nos programas e decisões institucionais’, ‘denunciar falhas das instituições’ e ‘contribuir na alteração da correlação de forças’, de modo a viabilizar as demandas de interesses dos usuários. Esse compromisso determinou a necessidade da configuração de um novo perfil profissional de acordo com o processo de renovação teórico-política do Serviço Social (PAIVA *et al*, 2000, p.160).

Apesar dos avanços no sentido de uma intenção de ruptura, Barroco (2001, p.175) afirma que “o Código de Ética de 1986, de orientação marxista, não consegue superar a visão presente no marxismo tradicional: a que reduz a ética aos interesses de classes”.

Segundo a mesma autora:

A influência de Gramsci, que aparece em várias produções dos anos 80, permite uma reinterpretação das possibilidades de ruptura, o que influencia o novo Currículo de Serviço Social, em 1982, e a elaboração do Código de Ética de 1986, expressão formal da ruptura ética com o tradicionalismo do Serviço Social. O Código e a reformulação curricular de 1982 são marcos de um mesmo projeto que pressupõe o compromisso ético-político com as classes subalternas e a explicitação da direção social da formação e da prática profissional “(BARROCO, 2001, p.170).

Percebe-se que as décadas de 1960 a 1980, foram de grande relevância no sentido de propiciar reflexões a cerca da prática profissional, do compromisso ético-político da categoria. Porém as bases de sustentação, e as concepções sobre a ética profissional, permaneceram praticamente inalteradas. O enfrentamento de tais questões só emergem do decorrer da década de 1990, com a apropriação, pelo Serviço Social, da teoria marxista.

Diante das limitações apresentadas pelo Código de Ética de 1986, e estimulados pela inquietação decorrentes das novas influências teóricas, o Serviço Social, busca avançar nas discussões acerca do Projeto ético político profissional. Estende seu olhar crítico para a sociedade de forma ampla, criando um diálogo mais profundo com as demandas da profissão. Assim no seio da categoria:

[...] aponta-se para a necessidade de uma nova ética profissional que reflita uma vontade coletiva, superando a visão acrítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é então definida como resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora [...]. A categoria, através de suas organizações, faz uma opção

clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe (BARROCO, 2001, p. 176).

O Serviço Social passa a assumir uma postura crítica diante da sociedade, colocando-se ao lado da classe trabalhadora. Constituindo um projeto profissional condizente com um projeto societário que expressa claramente sua postura ao lado da classe que possui como única fonte de renda e subsistência, sua força de trabalho. Despindo-se de uma “neutralidade” que procurava expressar por meio de sua prática até meados da década de 1970.

A ação interventiva das primeiras assistentes sociais, ainda com uma formação religiosa/moralista, já apresentavam indícios de uma postura política ao lado dos mais pobres, ainda que de forma velada, mas com algumas pendências com o Estado e a classe burguesa. Assim se percebe que nunca houve neutralidade na prática do Serviço Social.

Podemos apontar que em meados da década de 1970 e 1980, a conjuntura política proporciona a articulação destas diferentes instâncias de organização da profissão, de forma que:

A luta pela democracia, na sociedade brasileira, fazendo-se ecoar na categoria profissional, criou o quadro necessário para quebrar o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura inscreveu-se a primeira condição, a condição política para um novo projeto profissional (NETTO, 1999, p. 100).

Pode-se perceber, portanto, que este foi um período de profundas mudanças na visão de mundo da sociedade como um todo e, sobretudo da profissão. Neste movimento o Serviço Social faz uma transição de valores abstratos para valores concretos, despindo-se da idéia das relações sociais “dadas e acabadas” como apresenta Dallago (2006), vistas a partir de um viés religioso/moralista, onde a cada qual cabe seu lugar predeterminado segundo a vontade divina, isto é, o homem como um ser a-histórico. Ao passo que assume uma postura crítica, compreendendo o homem como gerador de sua história, sujeito das relações sociais, e estas, as relações sociais, como produto da luta de classes, cuja contradição é inerente ao modo de produção capitalista.

Esta mudança na compreensão das relações sociais, obviamente implica, na concepção de liberdade apresentada pela profissão. Visto que, se agora este homem passa a ser visto como um ser genérico, sujeito de sua história, precisa ter a possibilidade de escolher

entre alternativas, fazendo escolhas livres e conscientes, que implicarão na constituição de sua identidade enquanto ser social.

Tais condições implicam na superação das fragilidades do Código de ética de 1986. O Código é reelaborado em 1993, deixando claro um avanço teórico, proporcionado pelo acúmulo anterior. O processo de debates e aprovação do novo Código, sobretudo na dimensão ética, apontando como valor central a categoria liberdade.

Desta forma procurar-se-á no próximo item destacar a importância que esta revisão assumiu na expressão de novos valores para a profissão.

1.3 O COMPROMISSO DE CLASSE E OS NOVOS RUMOS ÉTICO POLÍTICOS DO SERVIÇO SOCIAL TENDO COMO CATEGORIA CENTRAL A LIBERDADE.

A vida em sociedade contempla um eterno movimento, este movimento é marcado por mudanças de valores, comportamentos que sofrem influências de correntes teóricas distintas. Enfim, se percebe um constante repensar dos valores postos nas relações sociais. Contudo, “os valores existem independentemente das avaliações dos indivíduos, mas não das atividades dos homens, pois eles são expressão das relações e situações sociais” (PAIVA *et al.*, 2000, p.108-109).

Dessa forma, procurar-se há neste item, compreender o significado, as mudanças que a revisão do Código de Ética de 1986 trouxe para o Serviço Social, procurando identificar os valores que estão presentes no Código de Ética profissional de 1993. Sabe-se que:

Historicamente, é em função do Código de Ética que a categoria se mobiliza para tal discussão [reflexão ética profissional], o que já aponta para uma concepção restrita a cerca da ética profissional; restrita à codificação formal, a ética deixa de ser tratada como tema do cotidiano e apreendida como relação entre as esferas e atividades sociais. Em 1992, o processo foi inverso; iniciando-se como reflexão sobre a ética, em geral, levou à questão da ética profissional e ao Código, como uma de suas dimensões (BARROCO, 2001, p.199).

A conjuntura sócio-histórica que se apresentava no contexto dos anos 90 desencadeou na sociedade a ânsia de rever os valores éticos vigentes naquele momento, dessa forma, pode-se entender que a reformulação do Código de Ética Profissional do Serviço Social de 1986, fez-se necessária, sobretudo se levarmos em conta que:

As condições sócio-econômicas e ídeo-políticas dos anos 90 atingem diretamente a população trabalhadora, rebatendo duplamente no Serviço Social; seus agentes são atingidos como cidadãos e trabalhadores assalariados e como profissionais viabilizados de direitos sociais. A vertente profissional que, nos anos 1980, ganhou legitimidade na direção das entidades de profissionais e estudantes, na organização sindical, no debate crítico, na produção inserida na tradição marxista, na revisão curricular de 1982 e na reelaboração do Código de 1986, defronta-se com o desafio de responder à essa conjuntura, sem perder suas conquistas (BARROCO, 2001, p.180).

Dando seqüência ao pensamento de Barroco (2001), nota-se a gravidade da conjuntura histórica daquele momento quando percebemos os rebatimentos que esse contexto desencadeiam na sociedade, visto que este cenário revela uma dispersão dos valores sociais, sobretudo no sentido ético, já que é reforçado pela corrupção e pelo cinismo nas instâncias governamentais, acabando por desconstruir conquistas alcançadas no âmbito da cidadania, culminando na construção de cultura cujas bases se fundamentam na descrença política, na insegurança, no medo, no descrédito nas leis e na ética.

Barroco (2001) ao explorar sobre as bases do compromisso ético-político com valores emancipatórios destaca que:

Entre muitos aspectos, eliminam-se toda estrutura e responsabilidade social do Estado em face da ‘questão social’; privatizam-se serviços públicos e empresas estatais, desmontam-se gradualmente, as legislações de proteção social e do trabalho. O desemprego, o subemprego, o empobrecimento crescente das camadas médias, a ‘precarização’ dos contratos de trabalho, a repressão aos movimentos sociais e às organizações de classe dos trabalhadores são algumas das conseqüências desse modelo político-econômico “(BARROCO, 2001, p.179)

O Serviço Social, enquanto categoria profissional, inserida na divisão técnica e social do trabalho, passa a discutir tal conjuntura, pondo em questionamento os valores éticos presentes no Código de 1986. Assim, Paiva et al (2000), utilizando-se do pensamento de Gramsci, apresenta uma premissa fundamental que passa a ser base para as discussões acerca do posicionamento da profissão diante desta conjuntura:

[...] a de considerarmos a ética, a moral e os valores como fenômeno concreto e histórico que é, desta forma, objetivado e subjetivado no cotidiano social, ou seja, a discussão da ética e as preocupações com os valores e com a moral correspondem a processo sócio-históricos concretos.” (PAIVA *et al*, 2000, p.106).

Assim, de acordo com Barroco (2001):

É nesse cenário que a questão ética se põe como tema emergente no debate profissional, entre 1992 e 1993. Por um lado, com as mobilizações reivindicadoras da ética na política, a questão ética se populariza, passando a se constituir em tema privilegiado de encontros, cursos, publicações, que não se restringem ao alcance de um público intelectualizado, mas, ao invadir os meios de comunicação de massa, atingem a vida cotidiana. Por outro, as conseqüências da opção neoliberal já se tornam evidentes, colocando questões de ordem teórico-práticas e ético-políticas: como viabilizar o compromisso profissional em condições tão adversas? Eticamente falando, como traduzir os valores na particularidade da ação profissional; como isto é feito na especificidade de um Código de ética? (BARROCO, 2001, p.180-181).

Em resposta a tais indagações Araldi (2007, p. 102) justifica que “o exercício da liberdade e os aspectos a ela inerentes tornam-se fatores de fundamental relevância. Por esta perspectiva é que a liberdade vai adquirir estatuto central na reformulação do Código de Ética em 1993”, constituindo o “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS,1993).

O estabelecimento do princípio da liberdade como valor ético central é fruto das profundas discussões ocorridas no seio da profissão, considerando-se que:

A partir de 90 fica evidente uma ampliação do recurso à filosofia que, despontando em teses e artigos voltados à reflexão sobre o método crítico-dialético, a cultura, a alienação, a práxis etc., aponta novas possibilidades para a discussão ética. Observa-se um esforço na direção do resgate da herança filosófica de Marx através do recurso a Hegel, emergindo produções apoiadas em Lukács, Heller, Meszáros, Habermas, entre outros (BARROCO, 2001, p181).

Em seqüência a este pensamento Barroco ainda destaca:

[...] a necessidade de estabelecer uma codificação ética que desse concretude ao compromisso profissional, de modo a explicitar a dimensão ética da prática profissional, afirmar seus valores e princípios e operacionalizá-la objetivamente em termos de direitos e deveres éticos. Neste sentido, o recurso à ontologia social permitiu decodificar eticamente o compromisso com as classes trabalhadoras, apontando para a sua especificidade no espaço de um Código de Ética: o compromisso com valores ético-políticos emancipadores referidos à conquista da liberdade (BARROCO, 2001, p.200).

Essa compreensão adquirida pelo Serviço Social, mostra o entendimento das expressões da “questão social” como fruto das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Fica clara a apreensão de que tais expressões são provenientes das relações sociais, concretas e objetivas. Assim:

Ao indicar a centralidade do trabalho na (re) produção da vida social, o Código revela a base objetiva da constituição das ações ético-morais: as capacidades que, desenvolvidas a partir da práxis, objetivam a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade do ser humano-générico. Em função dessas capacidades objetivas explicitam-se os valores éticos fundamentais: a liberdade, equidade e justiça social, articulando-os à democracia, à cidadania (BARROCO, 2001, p.2001).

Contudo tais valores éticos elegidos como fundamentais para o Serviço Social, de acordo com Barroco (2001), estão passíveis de falsas interpretações, onde:

[...] o trabalho e a liberdade surgem como valores imanescentes [portanto], tende a conceber a sociedade como uma associação de indivíduos livres e iguais que se relacionam entre si como proprietários de si mesmos. O homem é tratado como portador de direitos naturais anteriores à sua sociabilidade, entre eles o direito à propriedade e à liberdade (BARROCO, 2001, p.202).

No entanto, essa noção de liberdade, de igualdade a que se refere o liberalismo, limita-se a liberdade jurídica, conforme já explicitamos anteriormente, de forma que o nível de riqueza será fruto de uma diferenciação natural, segundo o esforço e as capacidades de cada um. Dessa forma, ignora-se o princípio da equidade e da justiça social. Portanto “a liberdade defendida pelo liberalismo supõe a desigualdade; vincula a posse de bens materiais à felicidade, numa sociedade fundada na sociedade privada dos meios de produção e do trabalho” (BARROCO, 2001, p.203).

Assim, apesar das mudanças expressas nos Códigos de 1986 e principalmente no de 1993, se a categoria profissional não compreender que o referencial teórico metodológico que fundamenta o Código atual é a ontologia social, pode-se fazer uma leitura equivocada dos 11 Princípios que são fundamentais para dar base a prática profissional. Visto que, está expresso na introdução do Código atual que a revisão do Código de Ética de 1986:

[...] partiu da concepção de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultante da

atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade – aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que evidentemente supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação (CFESS, 1993, p.14).

Dessa forma, estes novos valores da profissão, compromissados com um ideal de sociedade equânime ganham concretude no Código de Ética de 1993, quando se estabelece como Princípios Fundamentais⁹:

- 1-reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- 2-Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e autoritarismo;
- 3- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- 4- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- 5- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- 6- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- 7- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- 8- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- 9- Articulação com os movimentos sociais de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores
- 10- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- 11- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidades, opção sexual, idade e condição física.

⁹ A referência dos princípios é CFESS – CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. Aprovado em 13 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nºs 290/94 e 293/94.

O Código de Ética Profissional do Serviço Social de 1993, no que tange aos Princípios Fundamentais, se posiciona a favor de “todas as forças sociais que apóiam a liberdade e a democracia, o que descarta o compromisso com o autoritarismo, o fascismo, o conservadorismo, enfim, com as propostas negadoras da liberdade” (BARROCO, 2001, p.206).

A grande conquista da profissão, de acordo com Dallago (2006) é que:

[...] coloca-se em evidência que é essencial uma direção social profissional que crie o novo, ou seja, que permita que a história comece a ser percebida enquanto campo de batalha, que os princípios do atual Código não sejam simplesmente postos sob a lógica do mundo das necessidades, mas, ao contrário, que priorizem e instaurem o movimento concreto da liberdade (DALLAGO, 2006, p.90)

Conforme apresenta Araldi (2007, p.103) remetendo-se a reformulação do Código de Ética Profissional do Serviço Social, observa que o Código de 1993 “contempla valores ético-políticos de conteúdo axiológico positivo, estabelece princípios que, articulados entre si, fundamentam teórica e criticamente o exercício profissional do Assistente Social”. Dessa forma, segundo Dallago (2006):

Acredita-se que o Código de Ética de 1993, sobretudo seus onze princípios, seja considerado referência na construção do conhecimento e no fortalecimento do agir profissional do assistente social, em seu compromisso ético e político. Pensar, portanto, os princípios remete para uma construção dialética, visto que suas formulações expressam articulação e complementaridade (p.63).

De acordo com Lukács apud Dallago (2006) “a liberdade na decisão entre alternativas sempre foi essência desde os primórdios nas relações de trabalho e por isso o homem deve adquirir sua liberdade através da sua própria atuação” portanto, no que tange ao Código de Ética de 1993:

[...] pensar em uma redefinição do conceito de liberdade remete à compreensão de que este não é um valor dado e acabado, mas um valor a ser conquistado pelo ser social. [...] Isso remete à compreensão de que a concepção do exercício da liberdade não decorre da linha irracionalista, pois o ser social enquanto ser histórico, desde sua criação vem instituindo abertura para a conquista desta liberdade nas suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais (DALLAGO, 2006, p.64)

Sob esta ótica de que a conquista da liberdade se dá a partir de situações concretas, a profissão historicamente vem caminhando para a construção de um projeto societário comprometido com a classe trabalhadora. Nas palavras de Netto (1999, p.93) projetos societários são aqueles “que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Assim o Serviço Social passa a construir um projeto coletivo, enquanto profissão legitimada, que busca consolidar um projeto maior. Isto é, um projeto societário, que segundo o mesmo autor é “simultaneamente, um projeto de classe”.

Considere-se que cada período histórico dita características particulares a cada classe social, de acordo com a conjuntura da sociedade em determinada época, e de acordo com Netto (1999, p. 95), da mesma forma:

[...] a experiência histórica demonstra que, tendo sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais atendem, os projetos societários constituem estruturas *flexíveis e mutáveis*: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e renovam-se segundo as conjunturas históricas e políticas.

Assim, os rumos ético-políticos de determinada profissão passam obrigatoriamente, pelas construções coletivas realizadas pela categoria. Este processo de construção implica na direção que toma a profissão.

Neste sentido Netto (1999, p. 95) acrescenta que:

[...] os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas de sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas.

Um projeto profissional, portanto é constituído por tudo aquilo que, de alguma forma, orienta o exercício da profissão, seja na prática institucional, seja no processo de formação. No caso do Serviço Social, o projeto profissional é constituído pelo conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), pela Executiva Nacional de Estudante de Serviço Social (ENESSO), pelos sindicatos, associações,

bem como pela grande parcela de assistentes sociais que não estão inseridos em nenhuma entidade organizada. Enfim, Todos os espaços sócio-ocupacionais, órgãos, entidades, ou instituições que vão viabilizar o planejamento e execução das políticas sociais públicas, que vão fiscalizar o exercício profissional, bem como instituições de ensino e pesquisa na área da graduação e pós-graduação, que constituem o processo de formação profissional.

Neste sentido, comungo com Araldi (2007), que se referindo aos valores e princípios defendidos pelo projeto profissional contemporâneo, afirma que este se mostra contrário ao projeto conservador, “justamente por contemplar a possibilidade de valores em colisão, defende que é no espaço da contradição e não da harmonia que se articula e se engendra a tensão necessária à tomada de consciência” (p.107). Neste sentido, é no campo de tensões, no conflito de idéias, na aceitação do pluralismo que se concretizam os valores elegidos hegemonicamente pela categoria. No entanto:

A afirmação desta hegemonia (que não se efetivou sem confrontos), que teve sua expressão inicial, no terreno da ética, no código de 1986, e que se concretizou mais coerentemente e particularmente no Código de 1993, não quer dizer que no espaço específico da ética profissional a problemática dos valores esteja ‘resolvida’. Neste sentido consideramos que o cenário em que se inscreve o processo de legitimação do projeto profissional conectado ao Código de 1993 é pleno de conflitos e desafios; seja em sua fundamentação teórico-filosófica, seja na sua dimensão prática, opera abertamente na contracorrente da conjuntura” (BARROCO, 2001, p. 207).

Diante da consciência dos avanços alcançados pela categoria no sentido do compromisso com a classe trabalhadora, porém atentos ao movimento contínuo da sociedade é que o Serviço Social se apresenta “na contramão da história”, se comprometendo na luta pela conquista e efetivação da liberdade no contexto da vida em sociedade.

Assim, no próximo capítulo, buscar-se-á sob o viés do materialismo histórico¹⁰, compreender a concepção de liberdade apresentada pelos profissionais de Serviço Social no município de Toledo, e suas lutas pela conquista da efetivação desta categoria no cotidiano profissional.

¹⁰ O materialismo histórico, inspirando-se em Hegel, propõe uma ligação orgânica entre a ética, a história e a política. O agir ético do homem tem que se concretizar em determinada sociedade, numa ordem política historicamente construída, na qual são criadas as possibilidades de realização de valores ao mesmo tempo individuais e coletivos. A construção do indivíduo social é uma das preocupações teóricas de Marx. Para ele, a ordem social mais adequada para a realização da eticidade é aquela na qual ‘o livre desenvolvimento de cada um é a condição necessária para o livre desenvolvimento de todos’ (PAIVA *et al*, 2000, p. 108)

2. A CATEGORIA LIBERDADE COMO HORIZONTE DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo procura desencadear uma reflexão analítica acerca da concepção de liberdade que está presente no cotidiano profissional, bem como compreender as contribuições e limitações que perpassam o seu dia-a-dia da prática profissional.

Dessa forma, no primeiro eixo de análise buscou-se perceber nas falas dos profissionais entrevistados¹¹, cujas respostas correspondem a questões que lhes foram formuladas, a concepção de liberdade que está presente nas suas ações cotidianas observando as formas como esta concepção permeia o projeto ético político do Serviço Social. O segundo eixo apresenta uma análise das contribuições que podem ser percebidas nos espaços sócio-ocupacionais pesquisados, no que tange à busca da efetivação do projeto profissional do Serviço Social. Ainda neste segundo eixo de análise buscou-se levantar as limitações que são encontradas no cotidiano da profissão, fazendo uma análise das implicações que estes limites projetam à prática profissional.

2.1 A CONCEPÇÃO DE LIBERDADE APRESENTADA NO COTIDIANO PROFISSIONAL E SUA INTERFACE COM O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

A liberdade é um valor que veio sendo construído historicamente. Conforme o pensamento de Heller (2000) só veio conquistar espaço no seio das discussões éticas a partir do desenvolvimento do capitalismo, visto que a partir desse momento o homem sentiu a necessidade de discutir e ampliar as possibilidades de escolha diante da realidade que o novo modo de produção impôs à dinâmica social.

Da mesma forma, “o desenvolvimento do valor não é de nenhum modo algo contínuo”, visto que depende da estrutura social à época à que se refere. Assim, num dado momento, determinado valor pode estar presente, e em outro, perder importância diante da realidade que venha a se apresentar. Contudo “Em nenhuma esfera a obtenção de um valor

¹¹ Os sujeitos da pesquisa serão apresentados com o pseudônimo: assistente social 1 (AS-1), assistente social 2 (AS-2), assim respectivamente, respeitando a ordem de entrevista. As falas dos profissionais serão apresentadas em citações diretas, preservando suas características originais, portanto indicações como itálico, sublinhado, etc., são observações dos próprios profissionais.

pode vir a ser inteiramente anulada pela perda de um dos seus estágios. A realização é sempre absoluta; a perda, ao contrário, é relativa.” (HELLER,2000, p.9).

Diante da dinâmica percebida na dialética histórica, nota-se que as falas dos profissionais, estão permeadas de valores que revelam sua postura profissional, os caminhos que a profissão foi construindo enquanto categoria no decorrer da história transitando de valores abstratos e a-históricos para valores concretos e históricos. Amadurecimento que possibilitou a aproximação com a categoria liberdade e seus fundamentos. Assim, sob o viés de que os valores são entendidos como um processo de desenvolvimento, que reflete as contradições e o próprio movimento do sistema produtivo buscou-se saber, junto aos profissionais: Como o Código de Ética do Serviço Social (documento que dá a direção do exercício profissional) está presente em seu cotidiano¹²?

AS-4) Principalmente após o curso de Ética em Movimento, organizado pelo CRESS, onde pudemos discutir o atual código mais profundamente, pois minha formação acadêmica é anterior a este código. Este curso possibilitou uma aproximação muito importante e hoje tenho o código sempre a mão.

AS-8) [...] O Código de Ética de 1993 é um dos marcos da consolidação do projeto ético político da profissão que norteia a prática do assistente social, não sendo possível desenvolver um trabalho que propicie a emancipação humana sem estar atendendo a suas prerrogativas. [...]

Dentre as respostas apresentadas, percebe-se a importância de se ter o conhecimento e fundamentar a prática profissional sob os valores e princípios apresentados no Código de Ética, ressaltando a iniciativa de adaptação às novas demandas que surgem na prática profissional, explicitada pela busca de conhecimentos que atendam a essas necessidades que surgem com o movimento histórico da profissão em si, aspectos percebidos na fala do profissional cuja formação é anterior ao Código de Ética atual. Diante disso, nota-se o compromisso com o aprimoramento intelectual, presente e proposto pelo Código de Ética de 1993.

Ao discutir, junto aos profissionais as formas pelas quais o Código de Ética se apresenta no cotidiano de trabalho, obviamente buscava-se obter situações concretas, visto que tal Código apóia-se em valores concretos. Dessa forma observou-se que a apropriação do Código de Ética requer um compromisso com a busca do conhecimento, Assim:

¹² Segunda questão do questionário que foi entregue aos sujeitos da pesquisa.

AS – 1) O assistente social é um profissional que precisa dispor de um saber teórico-político e de instrumentais técnico-metodológicos, fundados em princípios e valores éticos, com vistas a direcionar sua prática e projetos na luta pela garantia dos direitos sociais e humanos [...].

Percebe-se na fala do profissional a necessidade do aprimoramento do conhecimento teórico adquirido nas primeiras etapas do processo de formação profissional, articulando este saber a uma visão política da sociedade, aprimorando inclusive a postura do profissional diante das demandas, visto que a prática do assistente social é se efetiva num espaço cujos diferentes interesses políticos se chocam, o que requer do profissional um posicionamento político diante das contradições, visto que se constatou no movimento da profissão o abandono a postura de neutralidade.

Esta busca de um agir consciente que é proposto pelo projeto profissional tem apoio nos instrumentais técnicos utilizados pela profissão, bem como nos pressupostos metodológicos apresentados como norteadores da prática profissional no sentido da garantia dos direitos dos usuários. Neste sentido o agir profissional requer uma visão crítica diante das demandas. Assim:

*AS-2) É necessário criar parâmetros para que o trabalho ocorra dentro dos princípios éticos e humanos, onde se respeita o cidadão e também o profissional Assistente Social.
Ter clareza do trabalho a ser realizado é ter mais segurança de como realiza-lo.*

Portando, conhecer o Código de Ética Profissional não é suficiente, é preciso compreender os valores que o permeiam, para desta forma criar parâmetros concretos, no sentido de garantir um trabalho compromissado com a qualidade.

A elaboração de parâmetros pode possibilitar respostas que superam a “subjetividade” que se percebe no olhar aparente. Nesta direção, nota-se em outra fala aspectos concretos do agir profissional com vistas à efetivação dos valores e princípios do Código de Ética, vejamos:

AS- 7) Ele sempre está presente, pois o trabalho que realizo está diretamente envolvido com a questão do sigilo profissional, a defesa dos direitos humanos, a busca da concretização da autonomia, emancipação e expansão dos indivíduos, principalmente, no meu caso, dos adolescentes com os quais trabalho. Como trabalho com adolescentes em conflito com a lei em privação de liberdade o tempo todo estamos lutando contra o

preconceito, pois muitas vezes as pessoas esquecem que mesmo quem cometeu um crime é um ser humano, que tem uma história de vida que contribuiu de forma significativa para que ele chegasse na situação que está, e que mesmo assim ele é um provido de direitos.

Muitas vezes é necessário usarmos o Código de Ética para lutarmos em defesa da nossa autonomia de trabalho, e para lembrarmos aos outros para que estamos na instituição. Pois há uma luta constante em defesa dos usuários e em defesa do próprio lócus de trabalho do profissional.

Pensar uma prática apoiada nos princípios do Código de Ética nos remete pensar nas capacidades e atribuições privativas do assistente social¹³, adquiridas e reconhecidas legalmente. Assim, há que se ter o cuidado com os assuntos sigilosos, que de alguma maneira podem expor os usuários dos serviços que estão sendo prestados, dimensão tratada pelo profissional pesquisado, já apresentando em seu bojo a luta contra o preconceito, no sentido da concretização da emancipação, autonomia e plena expansão dos usuários atendidos em seu campo de trabalho.

Este agir profissional pautado em valores concretos, implica também na postura do assistente social, diante dos obstáculos que se apresentam à própria prática profissional. Portanto a luta pela garantia de direitos estende-se à luta pela autonomia profissional, pelo reconhecimento das competências e atribuições às quais o profissional está capacitado, e ainda a defesa do espaço sócio-ocupacional, “lócus de trabalho” como é citado.

A defesa da autonomia, tanto do profissional, quanto do usuário, no remete a concepção de liberdade que permeia esta fala, podendo ser compreendida a partir de Barroco, para a qual a liberdade é a “capacidade essencial do homem dada pela possibilidade de escolher com autonomia, isto é, conscientemente, livremente”. Assim a liberdade constitui-se como um valor, que permite a escolha entre alternativas que propiciem a superação dos obstáculos, de forma que “torna-se valorosa na história do ser social” (Barroco, 1999, p.123).

Percebe-se que o Código de Ética Profissional do Serviço Social, com vistas à emancipação humana, constitui-se como um norteador da prática profissional, cujas prerrogativas são entendidas como fundamentais para a efetivação do Projeto Ético Político que se consolida a partir da reformulação do Código de 1986. Há que se considerar que segundo Netto (1996) a efetivação do Projeto Ético político implica no compromisso com a qualidade dos serviços prestados, e para tal responder a dinâmica das demandas decorrentes do modo de produção atual, requer constante aprimoramento intelectual.

¹³ As atribuições privativas do assistente social são apresentadas no artigo 5º da Lei que regulamenta a profissão de Assistente Social – Lei nº 8662/93.

Reconhecida a importância do atual Código de Ética para o exercício profissional, percebendo a possibilidade de uma prática apoiada em valores emancipatórios buscou-se saber, junto aos profissionais, quais dos princípios apresentados por tal Código, são referendados com maior facilidade e frequência. Assim propôs-se a seguinte questão: O Código de Ética de 1993 apresenta 11 Princípios Fundamentais para o exercício da profissão. Quais deles você viabiliza com mais facilidade e frequência¹⁴?

AS-2) Todos os 11 princípios reconhecem a necessidade da articulação profissional na construção de uma sociedade mais justa e igualitária nos direitos humanos, porém, ao ler os 11 princípios o item: “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” foi o que me pareceu mais próximo para uma escolha atual. Na execução dos : projetos desenvolvidos pela Entidade, minha preocupação está sempre em elaborar propostas que neguem a pobreza para os serviços prestados. Não cair na concepção de que “para pobre, projeto pobre”. O estudo conjunto com outras categorias, a elaboração de melhoria no meu conhecimento, devem sempre levar para o compromisso da meta que se pretende atingir. Ao nosso nome como profissão devemos levá-lo conjuntamente com a qualidade, agregando com o conhecimento.

Outra dimensão pode ser percebida na fala do profissional, quando menciona o chavão “para pobre, projeto pobre”. Tal dito conhecido pelo senso comum, revela uma postura e valores que muitas vezes são apresentados nesta sociedade capitalista e moralista, porém a busca da negação de tal idéia é proposta da categoria profissional do Serviço Social que tem como meta a construção de uma nova ordem societária em que seu compromisso é com a classe trabalhadora. Sabe-se que os projetos societários se diferenciam dos projetos profissionais pela amplitude que contemplam, assim o grande desafio é elevar os valores e princípios do projeto profissional e efetiva-los concretamente como projeto societário.

No contexto das sociedades de classes, como é o caso do capitalismo, “os projetos societários são, simultaneamente projetos de classes [...]. As transformações atualmente em curso na ordem capitalista não tem reduzido o peso das classes sociais e seu antagonismo na dinâmica da sociedade [...]” (Netto, 1999, p.94).

A teoria social crítica já demonstrou que a sociedade existe apenas em si mesma, visto que não possui objetivos nem finalidades. Contudo, os membros da sociedade sempre

¹⁴ Terceira questão do questionário que foi entregue aos sujeitos da pesquisa.

agem teleologicamente¹⁵, ou seja, todas as ações dos homens, independente de serem individuais ou coletivas, implicam em um projeto, que de acordo com Netto (1999, p.93), trata-se de “uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar, com a invocação dos valores que legitimam a escolha dos meios para atingi-la”. Assim, toda e qualquer escolha requer compromisso com a ética.

Neste sentido, apresenta-se outra fala que explicita a dimensão deste compromisso na efetivação do projeto profissional do Serviço Social, a qual encontra nos princípios do Código de Ética o caminho de efetividade, portanto perguntar pela importância dos princípios no cotidiano profissional significa compreender que todos são importantes devido a articulação existente, vejamos:

AS-8) Todos! Não consigo conceber que no nosso exercício profissional possa-se escolher qual princípio seguir ou viabilizar, eles devem ser o guia cotidiano na prática profissional, não atende-los é reconhecer-se como um profissional alheio as implicações éticas do agir profissional.

A apreensão dos Princípios Fundamentais do Código de 1993, como “guia cotidiano” ressalta a articulação que os integra de tal forma que, conforme Paiva e Sales (2000) estes princípios não podem ser analisados separadamente, visto que sua lógica foi construída a partir de uma articulação imbricada a cada qual, não possibilitando a efetivação de um determinado princípio sem que este implique na conseqüente realização dos demais.

Contudo é inegável a centralidade da categoria liberdade para consolidação dos ideais propostos coletivamente pelo projeto profissional, de forma que o “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CRESS, 1993) está listado no cume dos Princípios Fundamentais no Código de Ética de 1993. Assim, buscou-se por meio das respostas dos profissionais à questão já apresentada, mapear, de acordo com a tabela a seguir, a frequência e facilidade de viabilização dos 11 Princípios.

¹⁵ Teleologia ou prévia ideação, de acordo com Lessa (1999, p.22) é “a construção, na consciência, do resultado provável de uma determinada ação”.

QUADRO 1 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS VIABILIZADOS COM MAIOR FACILIDADE E FREQUÊNCIA

Princípio Fundamental	Nº de vezes citados
1-reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;	2
2-Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e autoritarismo;	2
3- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;	1
4- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;	0
5- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;	3
6- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;	1
7- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;	0
8- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;	1
9- Articulação com os movimentos sociais de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;	0
10- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;	4
11- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidades, opção sexual, idade e condição física.	2
Todos	3

FONTE: Dados da pesquisa.

Nota-se, segundo os dados da pesquisa que apesar de uma fala apresentar que viabiliza todos os princípios com facilidade e frequência, nos foi apresentado também que alguns princípios tem menos viabilidade diante das demandas apresentadas em alguns espaços sócio-ocupacionais. Nesta direção, não foram citados diretamente por nenhum profissional, os

Princípios que tangem ao aprofundamento da democracia, garantia do pluralismo e articulação com os movimentos sociais.

Além das falas que consideram possível a viabilização contínua de todos os Princípios, a liberdade aparece como Terceiro princípio em grau de viabilidade, visto que há outros que foram citados com maior frequência, entre eles está o princípio que remete à qualidade com os serviços prestados, seguido do princípio que tange ao posicionamento em favor da equidade e justiça social. É importante ressaltar que apesar de citarem o que mais se apresenta na especificidade de seu campo de trabalho, todos os princípios são importantes, visto que se entrelaçam e se complementam mutuamente, conforme já explicitado.

Faz-se necessário ressaltar ainda que, os dados apresentados foram extraídos de citações diretas, apresentadas pelos profissionais participantes da pesquisa, o que não extingue a presença dos demais Princípios Fundamentais de forma implícita em algumas respostas, conforme se pode observar na próxima fala uma aproximação acerca dos Princípios que fazem menção ao pluralismo, à não discriminação e à eliminação de qualquer forma de preconceito, em resposta a questão: Que atividades você desenvolve no seu dia-a-dia para a promoção da liberdade, da autonomia, da plena expansão dos usuários que chegam até seu campo de trabalho? Como você pensa ou conceitua essas categorias¹⁶?:

AS-5) Na minha atividade cotidiana, chegam até mim usuários de todas as idades, condições financeiras diversas, etnia variada, inúmeras religiões e por aí adiante e eu enquanto profissional procuro atender a todos da forma mais isenta de julgamento possível. A minha orientação e a inserção tanto quanto possível nos programas e serviços, sempre respeitando suas particularidades e crenças é o que eu considero mais pontual no meu trabalho.

Percebe-se, que na especificidade do campo pesquisado há uma série de variações no que se referem ao perfil dos usuários, idades distintas, nível de vida, etnia, religião. Esta pluralidade de características implica ao profissional uma postura comprometida com valores emancipatórios, no sentido do respeito às diferenças, na superação do preconceito, para a garantia de um atendimento pautado na ética profissional, isento de discriminação por classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física, conforme apresenta o Código de Ética Profissional de 1993.

¹⁶ Quarta questão do questionário que foi entregue aos sujeitos da pesquisa.

Esta compreensão de compromisso com valores emancipatórios remete a busca dos conceitos das demandas inerentes à liberdade, assim tem-se em resposta à questão:

AS-4) LIBERDADE – liberdade de opção do indivíduo, que no caso da saúde, acarreta em conseqüências, por exemplo, liberdade de opção de fazer ou não fazer o tratamento/orientação indicado, mas depois exigir resolução de todos os problemas decorrentes disto.

AUTONOMIA – autonomia de decidir sobre o que é melhor para minha pessoa, porém, para isso, teria que poder decidir, tendo atendido as minhas necessidades básicas. Daí eu poderia dizer que teria autonomia. Mas como tê-la com fome?

PLENA EXPANSÃO – através dos serviços e ações (das políticas públicas) possibilitar a liberdade e autonomia dos cidadãos.

A liberdade aqui é percebida como a possibilidade de opção diante da realidade, fundamentando essa escolha entre alternativas Lessa (1999, p.22) afirma que deve-se imaginar o resultado de cada uma na esfera da consciência, “esta antecipação na consciência do resultado provável de cada alternativa possibilita escolher aquela avaliada como a melhor. Escolha feita, o indivíduo leva-a à prática – ou seja, objetiva a alternativa escolhida”. Assim, a liberdade de opção do indivíduo se apresenta relacionada à conseqüência que esta escolha implicará.

Esta escolha consciente perpassa a compreensão de autonomia, apresentada como o direito de decidir sobre qual alternativa é melhor para mim, enquanto usuário provido de uma história que é fruto das relações sociais. Se, portanto este histórico de vida não foi construído isoladamente pelo sujeito, mas também pelas possibilidades concretas que lhe foram sendo apresentadas no decorrer da sua vida, pode por vezes esta história ser marcada pela fome, pelo analfabetismo, pelo pauperismo absoluto, talvez fruto de uma pobreza estrutural, onde varias gerações passaram por esta condição de miserabilidade. Diante de tais questões é levantada a discussão que indaga como se dá esta autonomia, este direito de decidir o que é melhor para mim mesmo, quando se tem uma única alternativa, a de suprir minhas necessidades básicas.

O sentido da plena expansão do usuário nestas situações implica em ações concretas por parte dos profissionais, no sentido de fazer com que seja viabilizada a inserção deste usuário nos serviços prestados por meio de programas e projetos das políticas públicas.

Nesta direção Heller (2000, p.40) fundamenta que “A condução da vida supõe, para cada um, uma vida própria, embora mantendo-se a estrutura da cotidianidade; cada qual deverá apropriar-se a seu modo da realidade e a ela impor a marca de sua personalidade”. Ou

seja, cada sujeito é senhor de sua história, devendo apesar das situações postas à sociedade que esta permeada de contradições e injustiças, caminhar no sentido do conhecimento da sua realidade, seja enquanto negro, pobre, índio, ou qualquer que seja sua condição, buscar impor a este espaço os valores nos quais se acredita.

Quando se pensam as atividades concretas realizadas na busca da efetivação da liberdade e das demandas a ela inerentes, e o modo de pensar estas categorias verificou-se em uma resposta o seguinte dilema:

AS-3) Acredito que esses conceitos são subjetivos, ou seja, a resposta é subjetiva, pois para mim liberdade, autonomia e plena expansão pode não ter o mesmo significado que tem para o usuário, por essa razão, não posso responder com concreticidade a questão.

A presente fala revela dúvidas, ou quem sabe uma herança conservadora na compreensão do conceito de liberdade, visto que ao fundamentarmos o movimento realizado pela profissão, que implica em diversas reformulações dos Códigos de Ética, culminando com o atual, percebe-se que teoricamente houve uma passagem de valores abstratos para valores concretos. Como também a relação da individualidade com a coletividade, valores que expressam os fundamentos de um referencial teórico-metodológico que pode elevar a categoria liberdade na busca de sua conquista e efetividade através da luta coletiva ou simplesmente limitá-la no campo dos valores individualista que a sociedade capitalista domina com tanta propriedade.

Nos remete ao pensamento de Mendes; Nogueira; Couto, (2004, p.79) quando frisa que “o maior desafio está justamente em avançar na consolidação e implementação do projeto profissional, inscrevendo seus princípios em nosso cotidiano de trabalho”. Podemos reforçar tal pensamento nos apropriando do pensamento de Yamamoto quando apresenta que um dos maiores desafios da profissão na atualidade é romper com a “nuvem conservadora que muitas vezes paira sobre a ‘prática profissional’”.

Assim, apesar de algumas dúvidas que ainda rondam a prática profissional acreditamos que a concepção de liberdade como escolha entre alternativas, supõe à prática profissional a postura de propulsor da construção da vida dos usuários enquanto sujeitos de suas histórias. Esta dimensão fica evidente na rica fala do profissional em resposta à questão supracitada:

AS-7) Como trabalho com adolescentes em privação de liberdade, acredito que liberdade não é apenas estar fora de uma unidade de sócio-educação ou prisional, a liberdade envolve muito mais nossa liberdade de escolher, de pensar, de construir e de ser. Assim no meu trabalho acredito que promovo a liberdade quando trabalho nos adolescentes a questão da escolha da opção, da reflexão sobre as possibilidades que se apresentam e a escolha; quando conseguimos viabilizar outras possibilidades e oportunidades fora do mundo do crime, através da escolarização, de cursos, trabalhos e nessas oportunidades entra também a plena expansão do usuário, pois através destas oportunidades abrem-se possibilidades para sua expansão e autonomia. Com os meninos que ficam sob medida de internação, que tem duração de 6 meses à 3 anos, construímos (claro que com os que ficam na unidade de Toledo) um Plano Personalizado de Atendimento, com este Plano buscamos construir metas e projetos futuros para o adolescente (tal construção é feita junto com ele) e esse Plano está conectado com estes princípios de liberdade (liberdade de escolha, de pensar, de construir quem eu vou ser, o que quero), de plena expansão (no sentido de buscarmos aproveitar, descobrir e desenvolver as potencialidades e capacidades de cada um) e de autonomia (no sentido de trabalhar a responsabilidade, a reflexão sobre as escolhas e as conseqüências, as conseqüências e a maturidade, pois acredito que autonomia seja esse conjunto, a possibilidade de escolher, de dirigir minha vida de forma independente, mas também de forma madura e responsável). Assim, em todo tempo, nos atendimentos individuais, na sócio educação realizada através de todos os profissionais, nas orientações e reflexões, nos atendimentos familiares, ao elaborar estudos de casos ao judiciário, em todo tempo estamos trabalhando e articulando estas categorias.

Na fala apresentada podem ser observados uma série de valores que comungam com os princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social, como a promoção da liberdade, realização de ações concretas que possibilitam a emancipação e autonomia, o respeito as decisões do usuário, a orientação no sentido das implicações provenientes de determinadas escolhas, o que revela uma prática comprometida com valores construídos coletivamente.

Esta projeção coletiva, segundo Barroco (2001) requer uma postura política que supõe a projeção ideal da realidade que se pretende transformar, estabelecendo a direção, as estratégias, e dessa forma implica na vinculação a idéias e valores vinculados a uma classe. Explicita-se assim que:

AS-9) [...] entendo que todas as atividades buscam a liberdade, autonomia e promoção dos usuários, através da elaboração de projetos encaminhados à esfera estadual e federal e demais órgãos, na busca de recursos para efetivação das ações na comunidade, orientação e acompanhamento as entidades na execução de suas atividades.

Pensar, portanto, em valores coletivos, implica pensar nos interesses de determinado projeto societário, neste sentido, o profissional apresenta o entendimento de que “todas as atividades buscam a liberdade”, contudo há que se ressaltar que se estas atividades forem pautadas em valores emancipatórios, comprometidos com um ideal de sociedade que visa a justiça social, a equidade, pode-se compreender que todas as atividades buscam a liberdade. Do contrário, se o agir profissional fixar suas bases sobre o projeto societário hegemônico por exemplo, o capitalismo, como pode-se pensar uma prática com vistas a liberdade no seu sentido pleno, se este projeto societário está pautado nos princípios do liberalismo, onde a liberdade limita-se ao individualismo?

A Conquista da liberdade como uma construção coletiva perpassa conceitos do materialismo histórico, tais como ser social que de acordo com Araldi (2007) constitui a mediação entre as particularidades de cada indivíduo, que quando levadas à universalidade, voltam para o sujeito como singularidade, ou seja, as ações que atendem às necessidades do sujeito, devem ser as mesma que atendem aos interesses da coletividade. Neste sentido, em resposta à questão: Que instrumentais técnico-operativos você utiliza com maior frequência? As atividades que você realiza e os instrumentais que você utiliza, implicam na qualidade com os serviços prestados? De que maneira? Comente sobre sua forma de pensar “qualidade nos serviços prestados”¹⁷. Observa-se que:

AS-5) [...] Tenho certeza que todas as nossas ações se pensadas e executadas eticamente, resultarão numa melhor qualidade dos serviços prestados. Da mesma forma, se respeitarmos nossos usuários como ser social, mas com sua história, suas particularidades e portador de direitos, estaremos agregando qualidade nos nossos serviços prestados.

A compreensão da necessidade desta visão ampla sobre a realidade social supõe características primordiais, implica ao profissional uma postura de mediador, visto que de acordo com Almeida (2002) a mediação permite a superação do imediato, com vistas à totalidade, combatendo as questões unilaterais da parte, sem excluí-la do todo.

Nesta direção o profissional assume um papel de facilitador da informação, como mediador da realidade. Tais concepções podem ser vistas nas seguintes falas que respondem a questão do pensar a qualidade com os serviços prestados:

¹⁷ Quinta questão do questionário entregue aos sujeitos da pesquisa.

AS-7) [...] Os atendimentos realizados para orientações se não forem bem realizados, os pais e os próprios adolescentes não vão compreender o que está acontecendo com eles e nem as conseqüências dos seus atos [...]; mas sabemos que o judiciário de Toledo considera muito o estudo de caso, desta forma ele precisa ser elaborado tendo em vista a veracidade dos dados ,a história de vida do adolescente e ao mesmo tempo a ética e o sigilo profissional. Em tudo isso perpassa a qualidade do serviço prestado, desde o atendimento ao público, como ele é realizado, o sigilo, como na interferência que meu estudo vai ter sobre a vida dessas pessoas. É necessária muita responsabilidade do profissional, muita competência, muita ética e compromisso.

A compreensão de uma liberdade atrelada a valores coletivos, contudo não desresponsabiliza os próprios usuários de forma que na prática profissional é possível perceber a preocupação com o posicionamento do usuário frente a sua necessidade:

AS-7) [...] acredito também que ao mesmo tempo em que a construção do sujeito se dá no meio em que ele vive também é fruto de suas escolhas. O que me frustra muitas vezes quando ouço sobre o projeto ético-político, principalmente no meio acadêmico é a demasiada responsabilização do Estado e a desresponsabilização do sujeito. O meu usuário é fruto do meio, mas ele também é fruto de suas escolhas, todos tinham a oportunidade de escolher outro caminho que não fosse a ilegalidade, mas não escolheram. Precisam não apenas de punição, mas de novas oportunidades para realizarem novas escolhas, mas não são isentos de responsabilidade nas escolhas que tinham feito [...].

A dimensão da prática com vista à coletividade, permeada pelo papel do profissional enquanto difusor da informação, propicia a plena expansão dos indivíduos, conforme observa-se na resposta à quarta questão:

AS-2) Quando trabalhamos com projetos sociais atingimos uma camada populacional que vem da exclusão de alguma política ou falha em algum setor, Portanto são usuários, beneficiários, cidadãos de direito que precisam dos serviços que oferecemos ou que apenas necessita de informação. São os diálogos diários ou os serviços prestados que levam a nossa concepção de expansão que facilita a gradativa aquisição de conhecimento dos usuários.

Ainda neste sentido, observa-se que além do posicionamento ético em favor dos usuários, o profissional deve buscar na prática profissional respaldo para ir além do que se mostra aparente na realidade, Assim, ao levantar o questionamento a cerca dos instrumentais

utilizados e ações realizadas no sentido do compromisso com a qualidade dos serviços, observa-se:

AS-6) [...] Qualidade dos serviços prestados é mostrar caminhos e direcionar o usuário para que ele encontre a melhor solução para a sua necessidade, por ex. alguma decisão particular.

Significa observar os critérios estabelecidos para concessão de algum benefício e dizer “não” ao invés de dizer “sim”. Mesmo que a solicitação tenha sido feita por um vereador.

É preciso avaliar criteriosamente. Exceções? Somente o profissional assistente social que decidirá. Qualidade é ouvir o usuário, é respeitá-lo, é entendê-lo na integralidade do seu ser. É ter postura ético-profissional; É falar novamente com o usuário para saber se a necessidade dele foi atendida. Acima de tudo “qualidade dos serviços prestados” é procurar ter BOM HUMOR diariamente; resgatando a auto-estima do usuário. É valorizá-lo enquanto ser humano, valorizando também o meio em que vive por mais degradante que ele seja. Se faz necessário elogia-lo. Desta forma ele procurará mudar de atitude. Nós profissionais precisamos ter atitude para que o nosso usuário tenha virtudes.

Se faz necessário trabalhar com diplomacia, determinação.

Percebe-se na fala do profissional, valores que proporcionam a efetivação da liberdade, tais como a orientação no sentido de disseminar as informações, o respeito aos critérios legais independente da relação de poder que pode estar presente, o respeito ao usuário sobretudo na superação do preconceito. Tais valores estão pautados em ações concretas. Conforme Araldi (2007) A liberdade se dá por meio de situações concretas, valores concretos, ultrapassando a visão neotomista de valores abstratos, neste sentido:

AS-1) A inserção do Serviço Social nas políticas sociais viabilizam as ações profissionais efetivas, através das quais o acesso de usuários à benefícios e programas organizacionais está condicionada ao manejo que os assistentes sociais adotam em face dos direitos de cidadania de seus clientes.[...]

AS-1) [...] O exercício profissional precisa provocar impactos significativos nas condições e nos modos de vida dos usuários, pelo acesso às políticas, serviços, programas, projetos e benefícios sociais, buscando mudanças nas condições sociais e econômicas.

Entre a multiplicidade das manifestações da prática profissional em forma de projetos, programas e políticas encontra-se a demanda por atenção individual e social dos usuários dos serviços profissionais. Trata-se de questões impregnadas de conteúdos psicológicos, buscando assim, além de benefícios sociais, escuta e acolhimento.

São usuários que se apresentam: estressados, angustiados, sem emprego, doente, sem dinheiro, e de todas outras formas possíveis que expressam a questão social, e merecem o atendimento e respeito humano.

O que se quer demonstrar é que a busca da liberdade supõe práticas pautadas nos princípios construídos coletivamente. Este direcionamento das atividades cotidianas pautadas nos valores do Código de Ética de 1993, se estendem também às implicações que esta postura acarreta para a profissão em si, visto que o Código atual, em seu capítulo IV, garante como direito dos Assistentes sociais a garantia de espaços cujo objetivo seja a defesa e fiscalização do exercício profissional, neste sentido, pode-se entender como demanda inerente à liberdade, a garantia da autonomia, inclusive no que tange às implicações no próprio exercício profissional, conforme observa-se na resposta à questão quatro:

AS-8) [...] Compreendo que estas categorias estão imbricadas no exercício da prática profissional, são valores primordiais no projeto ético político da profissão, possibilitando aos profissionais articular a formação profissional e o mercado de trabalho, redescobrimo alternativas e possibilidades para o trabalho profissional, que atendam as necessidades dos usuários atendidos.

Na mesma direção é apresentada outra fala que revela a preocupação com a garantia do exercício profissional pautado em leis:

AS-3) Todos os 13 princípios são fundamentais para o exercício da profissão, não é possível ser Assistente Social se algum deles ficar esquecido, não digo que é preciso decorá-los, mais ter conhecimento se faz necessário pois você lida com vidas de pessoas e precisa estar pautado em leis para qualquer questionamento em relação à alguma ação.

Diante da afirmação do pesquisado, fica uma dúvida quanto à menção de “13” princípios, visto que não é possível ser categórico afirmando que trata-se da falta de conhecimento do Código de Ética Profissional, ou apenas venha ser uma desatenção do profissional. Fica portanto a dúvida, mas sabemos que são 11 os princípios.

Contudo as falas apresentam a importância do profissional conhecer os princípios estabelecidos para a profissão do Serviço Social e mais, compreender as mudanças postas à profissão com a aproximação com a categoria liberdade, entendendo-a não como um valor abstrato, pronto e acabado, mas como um princípio possível de ser conquistado pelos homens dentro de um contexto histórico e contraditório, porém possível.

Neste sentido, no próximo eixo temático buscou-se compreender as contribuições e limitações que se apresentam no cotidiano do exercício profissional.

2.2 CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES QUE PERPASSAM O DIA-A-DIA DA PRÁTICA PROFISSIONAL

Tendo em vista a liberdade como um valor em construção, possível de se conquistar, apesar das contradições existente na sociedade atual, é que se busca uma aproximação com a prática profissional, visto que é no bojo da atividade cotidiana que emergem os limites e os avanços dos valores éticos e políticos do Serviço Social.

A princípio buscou-se fazer uma análise de tais valores procurando perceber as contradições e limitações que permeiam a prática profissional no município de Toledo, por meio da separação de dados pertinentes a cada esfera, contemplando as respostas às questões formuladas.

Contudo no decorrer do estudo, percebeu-se que na atividade cotidiana dos assistentes sociais, aspectos positivos e negativos muitas vezes apresentam-se nos mesmos espaços. Assim, fazer uma separação dos limites e das contribuições que permeiam a prática profissional, ainda que por didática, imporia uma dicotomia entre as expressões destes pontos de análise. Dessa forma a abordagem do presente eixo temático passou a ser realizada partindo do pressuposto de que nos diferentes espaços sócio-ocupacionais podem ser percebidas tanto contribuições quanto limitações, dentro de um mesmo campo de trabalho.

Embora a princípio possa parecer contraditório, nos apoiamos no materialismo histórico para fundamentar a análise, visto que este compreende as contradições como espaços de crescimento, propiciando a reflexão e o avanço a cerca das discussões em torno do valores presentes no Código de Ética profissional, visto que de acordo com Barroco (2001, p.207) os avanços no sentido da construção de uma hegemonia de valores emancipatórios “não quer dizer que no espaço específico da ética profissional a problemática dos valores esteja ‘resolvida’, [pois o Código de 1993] é pleno de conflitos e desafios”.

Ao pensar esses conflitos e desafios a pesquisa apresenta a seguinte fala:

AS-1) [...] Deve-se pensar a ética como pressuposto teórico-metodológico que remete para o enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional.

Neste sentido, é através do Código de Ética, que o profissional que o efetiva sua prática profissional através de seus princípios e, além disso, norteia e dá sentido à ação profissional

A exposição do profissional propõe o enfrentamento das contradições imanentes ao capitalismo, por meio de ações pautadas na ética, a partir de uma visão crítica da sociedade, assumindo posturas políticas a partir do entendimento teórico das implicações deste posicionamento. A partir deste foco de análise, pode-se entender o próprio documento Código de Ética Profissional, como uma contribuição imperativa à prática profissional, visto que, tal documento ao estabelecer princípios, direitos e deveres, estabelece assim os nortes do agir profissional.

No entanto, apesar do direcionamento dado pelo atual código, há que se considerar o movimento dialético da sociedade, haja vista que:

AS-8) [...] É fato que no mundo contemporâneo enfrentamos desafios no exercício da profissão devido as alterações no mundo do trabalho, das instituições, e do Estado. No entanto, é possível, através de uma formação profissional qualificada, conquistar novos campos de trabalho e desenvolver a prática profissional cumprindo com nosso compromisso com o projeto de formação profissional.

Surge no discorrer do profissional pesquisado a preocupação com as mudanças da sociedade, no sentido do perfil que vão tomando os espaços sócio-ocupacionais, as instituições e o próprio Estado, enquanto propulsor de um determinado projeto societário, que responde a interesses minoritários de uma elite que o dirige. Percebe-se aqui, uma limitação ao projeto profissional, no que tange à busca de valores comprometidos com a justiça social e a equidade, intrínseca ao próprio sistema produtivo, às características de organização da sociedade. Assim, impõe-se a discussão que aborda quais as formas possíveis de efetivação de uma sociedade tal qual proposta pelo projeto ético-político do Serviço Social, se esta categoria profissional está inserida na divisão social e técnica do trabalho que é pautada no modo de produção capitalista. Ao passo que também apresenta uma proposta que entende como um avanço no sentido desta conquista, ou seja, uma formação profissional qualificada e uma prática profissional comprometida com os pressupostos do projeto profissional.

Verifica-se desta forma, o avanço no sentido do entendimento que a superação das limitações postas pelo capitalismo, passa por ações concretas e transformadoras, vejamos:

AS-8) No espaço profissional em que exerço meu trabalho atendo os usuários através de projetos sociais, que promovem ações transformadoras em suas vidas, enfatizado pelos próprios usuários nas avaliações realizadas. Compreendo que estas categorias [liberdade, autonomia e plena expansão] estão imbricadas no exercício da prática profissional, são

valores primordiais no projeto ético político da profissão, possibilitando aos profissionais articular a formação profissional e o mercado de trabalho, redescobrimo alternativas e possibilidades para o trabalho profissional, que atendam as necessidades dos usuários atendidos.

A conquista de um projeto societário mais justo e igualitário, no que tange as ações da categoria profissional do Serviço Social, portanto passa necessariamente por uma prática profissional articulada com os valores propostos no Código de Ética, sobretudo o princípio de liberdade, haja vista tratar-se de um valor central à profissão, podendo assim, articular as características da formação profissional no sentido de responder às demandas sociais que se expressam no mercado de trabalho, atendendo às necessidades dos usuários.

Esta articulação entre os valores que perpassam a profissão e o mercado de trabalho, implicam outras dimensões, assim:

AS-7) [...] Muitas vezes é necessário usarmos o Código de Ética para lutarmos em defesa da nossa autonomia de trabalho, e para lembrarmos aos outros para que estamos na instituição. Pois há uma luta constante em defesa dos usuários e em defesa do próprio locus de trabalho do profissional.

Verifica-se, portanto, que um limite que se apresenta a prática profissional, muitas vezes é o próprio desconhecimento por parte da instituição, ou dos demais profissionais de outras áreas, das competências e atribuições do assistente social. Fazendo-se necessária a divulgação dos documentos que regulamentam e direcionam a profissão, no sentido de defesa dos usuários atendidos e do espaço sócio-ocupacional que requer um profissional devidamente qualificado e competente. Para tanto, acreditamos que é compromisso e desafio para o profissional assistente social materializar os valores e princípios do projeto profissional, o qual se expressa no Código de Ética e na Lei de Regulamentação e que deve encontrar espaço de materialidade na intervenção profissional. Portanto, se não somos lembrados e se nossas ações não tem reconhecimento cabe ao profissional rever os caminhos das respostas profissionais, pois apesar das conquistas efetivas em Lei o desafio maior do reconhecimento profissional é no espaço da prática.

Contudo, para além desta limitação, há outros fatores que perpassam a prática profissional, observe-se:

AS-4) [...] trabalhamos com muitas variáveis: a lei, a responsabilidade dos três níveis de governo, o recurso financeiro, a demanda da população, entre outros, E o espaço institucional é constituído de diferentes pessoas e diferentes visões de mundo.

AS-5) Trabalho basicamente com programas de Ministério da Saúde (Órteses e Próteses, Tratamentos fora de domicílios, ajudas de custo entre outros) e dentro disso algumas normativas já vem especificadas e com critérios pré-estabelecidos, mas através de entrevistas, visitas domiciliares e parecer social tem-se a possibilidade de inclusão de um maior número de usuários nas políticas, programas e projetos [...].

Assim, não esgotadas as limitações provenientes das diferentes visões de mundo, o que implica em conflitos de interesses devido às correntes teóricas distintas, há também a barreira das normatizações provenientes das políticas públicas, cujos projetos e programas estabelecem critérios que podem não corresponder as necessidades de determinadas realidades, visto que são pensadas genericamente.

Porém, a fala trazida pelo profissional, apresenta em seu bojo um aspecto concreto e positivo, no sentido da efetivação do projeto ético-político profissional. Trata-se da questão dos instrumentais técnico-operativos, como a entrevista, visita domiciliar, parecer social, dentre outros, meios pelos quais torna-se possível a ampliação do atendimento às demandas. Porém, acreditamos que junto com as competências técnico-operativas o profissional tem que ter competências teórico-metodológicas com respaldo na teoria crítica para assim pesquisar e conhecer a realidade posta, romper com relações que priorizam somente os critérios pré-estabelecidos pelos programas, para assim responder profissionalmente com compromisso ético-político no horizonte da defesa dos direitos dos usuários que buscam por seus serviços.

É reconhecida a importância dos instrumentais para a prática profissional, sobretudo no sentido de estabelecer parâmetros que propiciem o planejamento, execução e avaliação das atividades, com vistas à qualidade dos serviços prestados.

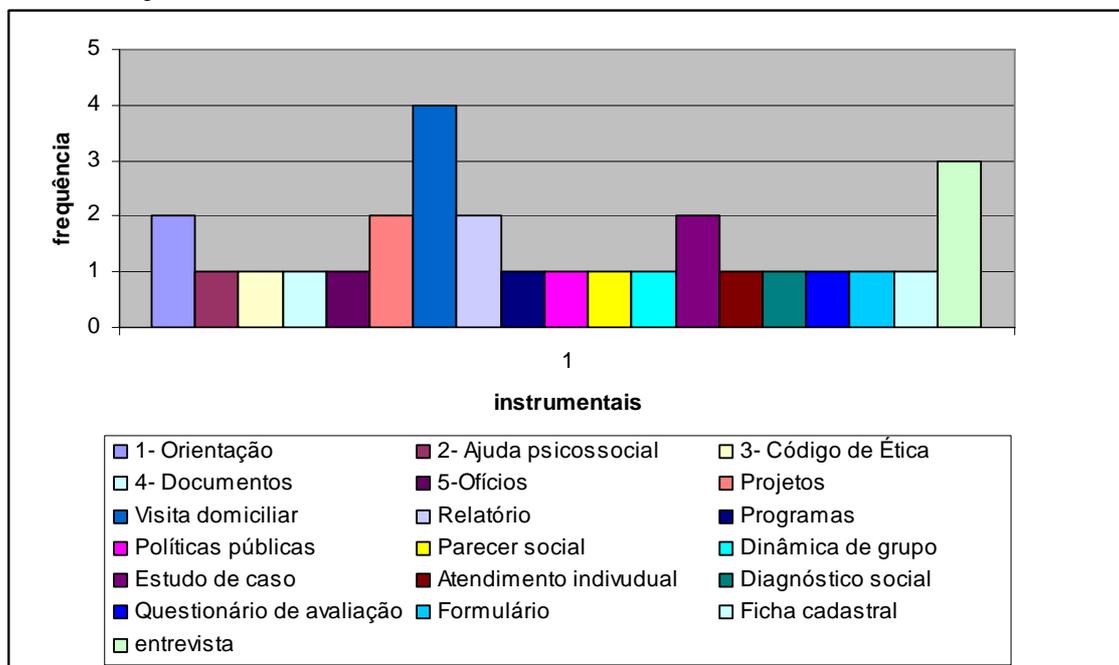
Neste sentido, buscou-se saber junto aos profissionais quais os instrumentais técnico-operativos são utilizados com maior frequência no dia-a-dia profissional, vejamos:

AS-8) Diagnóstico social, questionários de avaliação, formulários, relatórios, fichas cadastrais. Não vejo os instrumentais como implicações, mas sim essenciais no cotidiano profissional, pois sem eles não tem parâmetros para se trabalhar, ou seja, sem diagnóstico não há como planejar uma atividade, pois não se sabe o que fazer? Para que fazer? E como fazer?, Da mesma forma a avaliação se não for realizada não saberemos como melhorar as ações propostas. Desta forma compreendo

que sem os instrumentais não há como saber se os serviços prestados estão sendo realizados com qualidade.

Assim, uma das questões levantadas junto aos entrevistados possibilitou conhecer a contribuição dos instrumentais para a efetivação concreta dos valores presentes no Projeto Ético-político, buscou-se conhecer quais os instrumentais técnico-operativos apresenta utilização mais freqüente na prestação dos serviços. Conforme analisa-se no gráfico a seguir, cujos dados foram extraídos das respostas à questão formulada:

GRÁFICO 1 – INSTRUMENTAIS TÉCNICO-OPERATIVOS: FREQUENCIA DE UTILIZAÇÃO



FONTE: Dados da pesquisa.

Nota-se que a visita domiciliar apresenta-se como principal instrumental utilizado no dia-a-dia profissional, por meio do qual pode-se ir além da questão aparente, percebendo fatores implícitos à história de vida dos usuários. Outros instrumentais são citados, aparecendo com relativa freqüência, a saber, o Código de Ética, orientação, projetos, relatórios, estudo de caso.

Contudo, há que se frisar que ao pensar instrumentalidade, remete-se às propriedades qualitativas da abordagem, à capacidade de desvelar as esferas aparentes, percebendo os aspectos implícitos que a permeiam. Com isso, podemos afirmar que a instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e

técnicas, “mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico” (GUERRA, 2000, p.53)

As contribuições concretas da instrumentalidade no exercício profissional do Serviço Social, pode ser percebida:

AS-7) [...] quando conseguimos viabilizar outras possibilidades e oportunidades fora do mundo do crime, através da escolarização, de cursos, trabalhos e nessas oportunidades entra também a plena expansão do usuário, pois através destas oportunidades abrem-se possibilidades para sua expansão e autonomia [...]. Assim, em todo tempo, nos atendimentos individuais, na sócio educação realizada através de todos os profissionais, nas orientações e reflexões, nos atendimentos familiares, ao elaborar estudos de casos ao judiciário, em todo tempo estamos trabalhando e articulando estas categorias.

Observa-se na fala do pesquisado, respostas profissionais que contribuem para o enfrentamento das limitações e desafios que perpassam o dia-a-dia da prática profissional. Assim um pensar qualitativo sobre as intervenções junto às demandas da profissão, nos instiga pensar que os profissionais ao responderem ao Código de Ética devem manter-se atualizados frente às demandas.

Nota-se que um pensar qualitativo, pautado em ações concretas, remete a respostas concretas por parte dos profissionais, proporcionando a atualização e ampliação dos serviços por meio de políticas públicas. Em reforço a esfera referendada, observa-se que:

AS-1) A inserção do Serviço Social nas políticas sociais viabilizam as ações profissionais efetivas, através das quais o acesso de usuários à benefícios e programas organizacionais está condicionada ao manejo que os assistentes sociais adotam em face dos direitos de cidadania de seus clientes [...].

Desta forma, a contribuição possibilitada pelas políticas sociais, refere-se a ampliação do acesso a benefícios e programas. Ou seja, a postura tomada pelo profissional frente as mudanças da sociedade tem implicações diretas na concretização dos direitos dos usuários.

Nesta direção verifica-se a diversidade no perfil de tais demandas:

AS-1) [...] Entre a multiplicidade das manifestações da prática profissional em forma de projetos, programas e políticas, encontra-se a demanda por atenção individual e social dos usuários dos serviços profissionais. Trata-

se de questões impregnadas de conteúdos psicológicos, buscando assim, além de benefícios sociais, escuta e acolhimento. São usuários que se apresentam: estressados, angustiados, sem emprego, doente, sem dinheiro, e de todas outras formas possíveis que expressam a questão social, e merecem o atendimento e respeito humano.

Os usuários atendidos pelo Serviço Social, portanto são frutos das contradições imanentes ao capitalismo, dependem dos benefícios da assistência social, que segundo a Constituição Federal de 1988, esta deve ser disponível a quem dela necessitar, visto que estão inseridos em realidade que expressam a “questão social”, as contradições geradas na relação capital X trabalho. Porém, se sabe que ser usuário dos serviços que a política de assistência social projeta passa por longos caminhos de critérios que em alguns momentos limita a intervenção profissional.

Diante de tais situações faz-se necessário a discussão, as trocas de experiência em relação às expressões da “questão social” que chegam até o profissional. Assim ao indagar acerca dos meios de acesso a assuntos relacionados ao Serviço Social, a participação em eventos e a contribuição deste momento, observa-se:

AS-5) [...] tenho acesso a informativos do CRESS, revista Serviço Social e Sociedade e participo de alguns encontros com profissionais da área onde se discutem temas atuais e se trocam experiências, muito necessárias no nosso dia-a-dia, pois não dispomos de muito tempo para reflexão de nosso agir profissional.

AS-4) Documentos, ofícios, projetos, visitas domiciliares, relatórios, entre outros. Meu trabalho é muito burocrático, e os instrumentais implicam muito na qualidade do serviço, no entanto, o maior problema é a sobrecarga de atividades, pois além das ações de rotina, diariamente surgem novas situações que exigem resolução imediata.

Nas explicações dos profissionais são levantadas algumas limitações da prática, tais como a escassez de tempo e a sobrecarga de trabalho, devido às demandas que requerem soluções imediatas. No entanto, tais obstáculos não podem impedir uma atuação profissional comprometida com a categoria, haja vista que, de acordo com Iamamoto (2000, p.40-41) “a prestação de serviços imediatos em que interfere o Assistente Social contribui para que sejam atendidas as necessidades básicas e urgentes de sobrevivência das classe trabalhadoras, especialmente em seus segmentos mais pauperizados, contribuindo para sua reprodução material”. Mas, que a intervenção não se traduz na imediatividade, precisa conhecer, analisar e desmascarar a realidade que se apresenta.

Perceber os diferentes aspectos da realidade, portanto nos remete à reflexão acerca dos ideais propostos pelo projeto ético-político profissional do Serviço Social. Nesta direção observa-se a exposição do profissional:

AS-7) [...] acredito que é necessário veicularmos, nas revistas e informativos, experiências profissionais, dando mais enfoque a isso, do que a discursos e discussões acadêmicas. Os profissionais que não estão na academia também produzem conhecimento e operacionalizam junto ao usuário o famoso Projeto ético-político profissional. [...] Acredito nos princípios do código de ética, mas não sei se a concepção marxista de mundo, de sociedade, ainda dá conta de responder aos problemas da sociedade atual. Acredito que não. Mas [...] sou apenas uma assistente social, mais uma nessa multidão que dá corpo a categoria profissional, e que trabalha, diretamente com as demandas e os usuários do Serviço Social.

Nesta direção percebe-se que pesquisar é, essencial para a categoria independente da área de atuação, visto que este momento contribui para as descobertas e para o enfrentamento dos limites que muitas vezes se apresentam ao profissional.

Seguindo este raciocínio, o profissional levanta uma discussão, a qual não temos a pretensão de esgotar, questionando se a teoria social propostas no projeto ético-político profissional do Serviço Social, dão conta de responder às contradições da sociedade, e ao mesmo tempo revela não acreditar que tais valores sejam suficientes para responder às demandas da conjuntura atual.

Tendo em vista os valores que permeiam o materialismo histórico, podemos retrucar o questionamento levantado, retomando as explicações que foram sendo observadas no decorrer do processo de pesquisa, de forma a questionar esta colocação, uma vez que em sua fala apresenta a crença nos princípios estabelecidos no Código, princípios esses pensados, analisados aos fundamentos da ontologia social que revela a profissão uma crença na construção de uma sociedade comprometida com valores emancipatórios, sem esquecer porém, das implicações que o exercício da liberdade acarreta aos sujeitos sociais, assim apresenta um pensamento propositivo acreditando que a liberdade requer a oportunidade de novas escolhas, em consonância com o pensamento de Barroco (1999, p.122) onde a mesma afirma que “para que a liberdade exista é preciso que os homens tenham, objetivamente, condições sociais que lhes permitam intervir conscientemente na realidade, transformando seus projetos ideais em alternativas concretas de liberdade, ou seja, de novas escolhas e novos projetos”.

Em outras palavras, é acreditar que a luta pela efetivação da liberdade indica a construção de uma nova ordem societária onde se almeja a igualdade e a justiça social na vida em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações a cerca dos resultados do presente trabalho são frutos da aprendizagem que se deu tanto no processo de formação profissional – de sala de aula, experiência de estágio -, quanto no processo de elaboração de um conhecimento científico – elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - , significando crescimento no sentido do aprimoramento intelectual. Este último processo possibilitou-me a discussão acerca do entendimento da categoria liberdade, tendo como objetivo geral compreender a concepção de liberdade apresentada pelos assistentes sociais que atuam no Município de Toledo.

Partindo das reflexões desencadeadas no decorrer do processo de aprendizagem, constatou-se que a liberdade nem sempre foi uma categoria central nas discussões a cerca da ética. Esta somente veio a conquistar importância a partir do desenvolvimento do capitalismo, quando devido às contradições imanentes a este sistema sentiu-se a necessidade da aproximação com tal valor. No entanto, ao tornar-se foco das discussões éticas, a liberdade foi entendida sob visões de mundo diferentes, cada qual implicando em ações concretas e respostas distintas às contradições existentes na sociedade.

Foi possível identificar que a concepção de liberdade está sempre permeada de valores que tem consonância com um projeto societário, ainda que tais posturas não sejam assumidas explicitamente carregam em seu bojo valores que são revelados na prática cotidiana. Assim, devido ao movimento dialético da história estes valores não tem uma evolução contínua, conforme apresenta Heller, mas se apresentam em diferentes épocas, assumindo importância distinta a cada período.

No entanto percebeu-se também que, embora determinados valores se apresentem hegemonicamente em certos períodos, não quer dizer que não haja outros valores presentes nesta sociedade. Tendo em vista a concepção de liberdade apresentada pelo projeto societário conservador, hegemônico na sociedade atual, que se restringe aos termos formais e a uma liberdade jurídica, pautada no direito individual, há que se considerar a existência de valores comprometidos com um ideal de sociedade mais justo e igualitário, no qual se busca a superação dos preconceitos e da discriminação no sentido da justiça social com vistas à equidade.

A própria trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, revelou este movimento à cerca da percepção da liberdade, quando em seu surgimento apoiava-se em valores abstratos e a-históricos, priorizando a tecnicidade do agir profissional a partir de meados da

década de 1940 a 1950. Ao passo que, possibilitadas contínuas reflexões desencadeadas pelo período da ditadura, avançou-se na direção do amadurecimento teórico, implicando nas reformulações dos primeiros Códigos de Ética, passando a assumir um compromisso de classe expresso no Código de Ética Profissional de 1986. Contudo, apesar deste posicionamento político frente às demandas da sociedade foram sendo percebidas lacunas no sentido da ética profissional, culminando na revisão do Código vigente naquele período e elaboração do Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993.

Esta revisão dos valores assumidos pelo projeto ético-político profissional adquire materialidade nos documentos que direcionam a prática profissional, ao se estabelecer competências e atribuições privativas do assistente social na Lei que Regulamenta a profissão, e princípios fundamentais no Código de Ética Profissional, conforme fundamentam os principais teóricos do Serviço Social.

Tendo em vista os objetivos específicos do presente trabalho, foi possível perceber que os princípios que permeiam o Código de Ética de 1993 estão pautados na teoria social crítica, de forma que somente a partir de condições sociais concretas é que os sujeitos têm a possibilidade de intervir conscientemente na realidade, comungando com o pensamento de Lessa (1999). Neste sentido, ao estabelecer finalidades é que o sujeito torna-se conscientemente livre. Esta liberdade, portanto, requer a possibilidade de escolha entre alternativas, permitindo aos homens a opção de escolhas concretas para sua história, a partir dos valores que respondem aos seus interesses.

No entanto, identificou-se que tais escolhas implicam em reflexos na sociedade, ou seja, as contradições existentes na conjuntura atual são expressões das escolhas realizadas coletivamente pelos sujeitos. Assim, o que o projeto ético-político profissional propõe são valores articulados coletivamente, que busquem superar a concepção de liberdade a partir do individualismo, estabelecendo valores emancipatórios para a totalidade.

A partir desta ótica, a análise dos dados apresentados no decorrer da pesquisa apontou alguns valores que perpassam a prática profissional, dispendo o Código de Ética Profissional como norteador das ações cotidianas, revelando fundamental e significativa importância deste documento para a elaboração de parâmetros concretos para o trabalho dos profissionais.

Neste sentido, a concepção de liberdade apresentada pelos sujeitos da pesquisa perpassa o compromisso com valores emancipatórios, éticos, humanos, equitativos, socialmente justos, como autonomia, efetivação de direitos, respeito, possibilidades de escolha entre alternativas. Tais valores são entendidos como um processo em construção,

pautado no comprometimento ético-político com a classe trabalhadora, possibilitando a escolha entre alternativas. Assim, as percepções apresentadas perpassam aspectos teórico-metodológicos no sentido do aprimoramento frente às demandas.

Esta concepção de liberdade não está isenta de limitações e desafios, ao passo que são apresentadas dúvidas que rondam a concepção de liberdade quando esta é tratada com valores subjetivos e não se consegue abandonar os valores individualistas presentes na concepção conservadora e individual de liberdade para sua ampliação através de valores coletivos. Neste sentido um desafio da prática profissional é a busca do aprimoramento acerca do entendimento de um referencial teórico, a partir do qual se busca o enfrentamento e a atualização frente às novas demandas. Assim, acreditamos que, é papel do profissional a materialização dos valores e princípios estabelecidos pelo projeto ético-político, devendo encontrar materialidade na intervenção profissional através da ampliação do acesso aos bens e serviços, superando as demandas imediatas. A partir de então tornam-se possíveis respostas concretas que propulsionam transformações concretas aos usuários e à totalidade no sentido da efetivação do projeto profissional, na luta pela conquista da liberdade.

Acredita-se que para uma compreensão clara e bem fundamentada acerca da liberdade o profissional deve buscar respaldo no Código de Ética e principalmente entende que este tem como suporte uma ontologia do ser social. Para assim, encontrar uma base de fundamentação para superar os limites apresentados pelos profissionais em sua prática profissional como: constantes alterações no mundo do trabalho, das instituições e do Estado; desafio no uso do Código de Ética; programas variados e pré-estabelecidos por parte do governo do Estado; o aumento da diversidade das expressões da “questão social”; falta de tempo para reflexão e estudos do agir profissional; sobrecarga de atividades que recaem em respostas imediatas.

Foi igualmente possível identificar através das entrevistas que, a efetivação de um projeto profissional se realiza como um processo em constante construção e desenvolvimento. Portanto, não se esgota no Código de Ética ou no agir cotidiano, mas se apresenta como horizonte da prática profissional, auxiliando no enfrentamento dos desafios impostos pelas novas demandas históricas. Assim, o agir consciente, pautado nos princípios do Código de Ética segundo a pesquisa, permite a garantia dos direitos dos usuários por meio de respostas concretas a situações concretas. Tendo em vista o compromisso com a qualidade na prestação dos serviços, a prática profissional do assistente social possibilita transformações efetivas na história dos usuários.

Portanto, acreditamos que o Serviço Social, enquanto categoria profissional tem o papel de mediador da realidade, isto é, um propulsor do processo de superação da realidade imediata, onde o movimento histórico no qual estão expressas as contradições que perpassam a vida dos usuários é entendido a partir de contínuas e novas barreiras, conforme fundamenta Almeida. Assim, os assistentes sociais devem contribuir junto aos usuários na superação dos obstáculos impostos pela herança histórica destes sujeitos, respeitando sua autonomia e liberdade de escolha com vistas a sua plena expansão.

Acrescentamos que a realização deste estudo possibilitou uma maior aproximação com o objeto, oportunizando um avanço na superação dos limites éticos do próprio pesquisador ao desmistificar inquietações despertadas no processo de formação profissional, possibilitando a ampliação do respeito e do encantamento pela profissão Serviço Social, reconhecendo os limites teóricos, contudo ousando sonhar junto com esta categoria profissional vislumbrar uma sociedade onde a liberdade seja efetivamente um valor hegemônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. L. V. **A função da mediação na construção do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2002.

ARALDI, E. M. **Apreensão teórico-crítica da categoria liberdade no cotidiano**: uma contribuição para as reflexões do projeto ético-político do Serviço Social. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Mestrado em Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina – Pr, 2007.

BARROCO, M. L. **Ética e Serviço Social**: fundamentos Ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BARROCO, M.L. Os fundamentos sócio-históricos da ética. **Programa de capacitação política em Serviço Social e política social**. Módulo 2, Brasília: CEAD – Universidade de Brasília, p. 119-136, 1999.

BORGES, K. S. **Estágio supervisionado em Serviço Social**: os impasses entre a concepção de treinamento e a de investigação. Toledo, Universidade Estadual Do Oeste do Paraná, 2004.

BORGES, K.S; BARROCO, M.L. Profissão serviço social: regulamentação faz 40 anos. In: **Inscrita** , São Paulo, n.1, p. 39-42, nov. 1997.

BRASIL. Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993. Dispões sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Lex**: Coletânea de legislações: direitos de cidadania, Curitiba, p. 6-12, nov. 2003. Legislação Federal e marginalia.

CFESS – **CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**. Aprovado em 13 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nºs 290/94 e 293/94.

DALLAGO, C. S. T. **O Código de Ética do Serviço Social de 1993**: sua operacionalidade no Município de Toledo - Pr. 2006. 140 .f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Curso de Mestrado em Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina – Pr, 2006.

FEDOZZI, L. **Orçamento Participativo - Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre**. 2. ed. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (FASE/IPPUR), 1999. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4199>> Acesso em 22 set. 2007.

FONTANA.V.F. Razão e intuição: o problema da causalidade em Kant e Schopenhauer. **Revista Urutaguá** – revista acadêmica multidisciplinar- Centro de Estudos Sobre Intolerância - Maurício Tragtenberg, Maringá, n. 5, dez./jan./fev./mar. 2007. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/005/07fil_fontana.htm> Acesso em 23 set. 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, Y. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. **Programa de capacitação política em Serviço Social e política social**. Módulo 4, Brasília: CEAD – Universidade de Brasília, p. 51-63, 1999.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HORKHEIMER, M. Filosofia e Teoria Crítica. Tradução de Edgar A. Malagodi. In: **Textos escolhidos**. Coleção Os pensadores. 2.ed. São Paulo: Abril cultura, p. 163-169. 1983.

IAMAMOTO, M.V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KOIKE, M. As novas exigências teórico, metodológicas e operativas da formação profissional na contemporaneidade. **Programa de capacitação política em Serviço Social e política social**. Módulo 2, Brasília: CEAD – Universidade de Brasília, p. 101-118, 1999.

LESSA, S. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. **Programa de capacitação política em Serviço Social e política social**. Módulo 2, Brasília: CEAD – Universidade de Brasília, p. 19-33, 1999.

LOPES, E.M.S. Serviço Social e educação: as perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público. **Serviço Social em revista**. Londrina, v.8, n.2, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n2_eleni.htm> Acesso em 18 set.2007.

MENDES, J. M. R.; NOGUEIRA, V; COUTO, B. R. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 79, p. 72-79, set 2004.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1998.

MIRANDA, A. P. R; CAVALCANTI, P. B. O Serviço Social e sua ética profissional. **Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Rio de Janeiro, a. 1, n. 2, jul. 2005. Disponível em: < <http://www.assistentesocial.com.br/fasciculoanterior-agora5-num2.html> > Acesso em 18 Set. 2007.

NETTO, J.P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente a crise contemporânea. **Programa de capacitação política em Serviço Social e política social**. Módulo 1, Brasília: CEAD – Universidade de Brasília, p. 91-109, 1999.

NETTO, J.P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PAIVA, B.A; et al. Reformulação do Código de Ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos. In: BONETTI, D. A. et al. **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, p. 159-173, 2000.

PAIVA, B. A; SALES, M. A. A nova ética profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, D. A. et al. **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, p. 174-208, 2000.

PRADO JUNIOR, C. **O que é liberdade**: capitalismo X socialismo. 3. ed.. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros passos, 1980.

SILVA, B. (Coord.). **Dicionário de ciências sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SILVA, C.A.A. O sentido da reflexão sobre a autonomia no Serviço Social. **Serviço Social em revista**. Londrina, v.6, n.2, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br/c-v6n2.htm>> Acesso em 18 set.2007.

TEIXEIRA, J.B. O profissional na prática social. **Serviço Social e sociedade**. São Paulo, n. 2, p. 22-28, mar. 1980.

APÊNDICE
ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO

IDENTIFICAÇÃO:**NOME: Nilce Maria Braun****CURSO/SÉRIE: 4ª Série de Serviço Social****INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste****TEMA DE PESQUISA: O Projeto Ético-Político do Serviço Social e suas formas de operacionalidade no cotidiano da prática profissional.****QUESTÕES:**

- 1) Você tem acesso à algum documento de assuntos relacionados ao Serviço Social (informativos, revistas, etc.) ou participa de eventos relacionados à profissão? Em que eles contribuem?
- 2) Como o Código de Ética do Serviço Social (documento que dá a direção do exercício profissional) está presente no seu cotidiano?
- 3) O Código de Ética de 1993 apresenta 11 princípios fundamentais para o exercício da profissão. Quais deles você viabiliza com mais facilidade e frequência?
- 4) Que atividades você desenvolve no seu dia-a-dia para a promoção da **liberdade**, da **autonomia**, da **plena expansão** dos usuários que chegam até seu campo de trabalho? Como você pensa ou conceitua essas categorias?
- 5) Que instrumentais técnico-operativos você utiliza com maior frequência? As atividades que você realiza, e os instrumentais que você utiliza, implicam na **qualidade dos serviços** prestados? De que maneira? Comente sobre sua forma de pensar “qualidade nos serviços prestados”.
- 6) sabemos que as instituições como ABEPSS, ENESSO, Conjunto CEFESS-CRESS, que elaboram documentos informativos e revistas já citados, juntamente com os sindicatos da categoria e com o Código de ética, constituem o Projeto ético político profissional do Serviço Social. Diante disso você acredita que este projeto é possível na conjuntura histórica atual? Justifique.

Obrigada pela atenção e pela contribuição!

ANEXO
INFORMATIVO DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
CRESS 11ª REGIÃO